

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EDUARDO HENRIQUE BERTOLLA
EMANUEL ANTONIO SABBI

**ANÁLISE DO PROCESSO E DAS INFORMAÇÕES ENVIADAS PELO
EFD-CONTRIBUIÇÕES POR EMPRESAS VAREJISTAS DO
SUDOESTE DO PARANÁ.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PATO BRANCO
2013

**EDUARDO HENRIQUE BERTOLLA
EMANUEL ANTONIO SABBI**

**ANÁLISE DO PROCESSO E DAS INFORMAÇÕES ENVIADAS PELO
EFD-CONTRIBUIÇÕES POR EMPRESAS VAREJISTAS DO
SUDOESTE DO PARANÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação,
apresentado como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Contabilidade, do Curso
de Ciências Contábeis da Universidade
Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR –
Câmpus de Pato Branco

Orientador: Prof. M.Sc Ricardo A. Antonelli

**PATO BRANCO
2013**



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco
Curso de Ciências Contábeis
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso



TERMO DE APROVAÇÃO

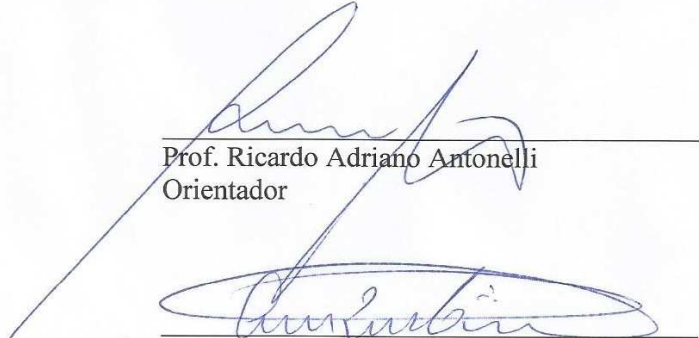
Título do Trabalho de Conclusão de Curso

Análise do processo e das informações enviadas pelo EFD-Contribuições por empresas verejistas do Sudoeste do Paraná

Nome do Aluno: **Eduardo Henrique Bertolla**
Emanuel Antonio Sabbi

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 20 horas, no dia 29 de janeiro de 2014 como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Os candidatos foram arguidos pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.


(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).



Prof. Ricardo Adriano Antonelli
Orientador



Prof. Oldair Roberto Giasson
Avaliador - UTFPR



Prof.ª Marivânia Rufato da Silva
Avaliador UTFPR

AGRADECIMENTOS

Temos o conhecimento de que estas poucas linhas, não seriam suficientes para agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram com o nosso desenvolvimento e o desenvolvimento do presente estudo, por esse motivo pedimos desde já desculpas àqueles que não foram aqui elencados.

Agradecemos primeiramente a Deus, pelo fôlego de vida que instaurou em nós e por nos conceder a saúde e persistência necessária à conclusão deste, também às nossas companheiras, pilares de nossas casas, que em inúmeros momentos nos incentivaram e entenderam que se fazia necessária a ausência para o desenvolvimento do presente trabalho.

Aos nossos pais, que nos marcaram, deram-nos caráter, que nos incentivam diariamente e que através de seus exemplos nos ensinaram a viver, o nosso muito, muito, muito obrigado.

Também aos nossos queridos colegas de estudo, por compartilhar conosco os mais diferentes momentos vivenciados na rotina acadêmica, fosse da alegria, pressão, preocupação e por que não até mesmo os momentos de tristeza.

Agradecemos ao nosso professor orientador Ricardo A. Antonelli, pela dedicação e empenho no presente estudo e principalmente pela compreensão nos muitos momentos que não demonstramos o empenho esperado de estudantes universitários.

Não poderíamos deixar de agradecer é claro, ao Professor coordenador de nosso curso, agora já aposentado, Paulo Roberto Pegoraro, bem como ao atual coordenador Professor Luiz Fernando Casagrande e a todos os Professores que colaboraram sempre para nossa formação acadêmica.

Finalmente, agradecemos a todos os servidores das UTFPR e todos aqueles que no decorrer desses anos de estudos, estiveram ao nosso lado nos acompanhando, incentivando, motivando e alegrando.

RESUMO

BERTOLLA, Eduardo Henrique; SABBI, Emanuel Antonio. Análise do processo e das informações enviadas pelo EFD-Contribuições por empresas varejistas do sudoeste do Paraná. 2013. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Contábeis – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Pato Branco, 2013

Atualmente vivemos em um processo de transição no setor contábil. O fisco vem constantemente implementando novos sistemas com o intuito de melhorar o controle tributário e reduzir a sonegação fiscal. Um dos sistemas de maior interesse do Estado e que vem auxiliando no combate a sonegação fiscal é o EFD-Contribuições, um arquivo digital, subprojeto do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que trata especificamente das contribuições para o PIS/PASEP, COFINS e as Contribuições incidentes sobre a receita bruta auferida por determinados ramos. Dada a relevância do tema, o presente estudo discorre sobre os conceitos de PIS/PASEP e COFINS, também discute a respeito do SPED e do subprojeto foco deste estudo que é o EFD-Contribuições, discute a respeito da Tecnologia da Informação e a necessidade de Capacitação das Pessoas envolvidas na estruturação, geração e validação do EFD-Contribuições. Observada a grande importância de transmitir-se informações corretas acerca das operações da empresa através do EFD-Contribuições e dada a dificuldade na manutenção cadastral das empresas varejistas que trabalham com grande quantidade de itens, como os supermercados, o presente estudo desenvolveu um aplicativo computacional para a importação e análise dos arquivos transmitidos por estas empresas para o levantamento de possíveis inconsistências cadastrais. A referida análise do aplicativo foi complementada por avaliação de questionários aplicados aos responsáveis pelas atividades ligadas ao EFD-Contribuições das empresas analisadas. Por fim, elaborou-se, uma avaliação do grau de inconsistência apresentado nos arquivos das empresas avaliadas e o levantamento de possíveis problemas que podem estar causando as inconsistências encontradas nos arquivos analisados.

Palavras-chave: Análise EFD-Contribuições. PIS/PASEP. COFINS. SPED.

ABSTRACT

BERTOLLA, Eduardo Henrique; SABBI, Emanuel Antonio. Analysis of the process and information sent by EFD-Contributions by retailers southwestern of Paraná. 2013. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Contábeis – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Pato Branco, 2013

Nowadays, we live in a transition process in the accounting industry. The IRS is constantly implementing new systems in order to improve tax control and reduce tax evasion. One of the greatest interest of the state and that is helping to combat tax evasion schemes is the EFD - contributions , a digital file, subproject of Public Digital Bookkeeping System - SPED, which specifically addresses the contributions to PIS/PASEP and COFINS the contributions levied on gross income earned by certain branches. Given the relevance of the topic, this study discusses the concepts of PIS/PASEP and COFINS also discusses about the SPED and subproject focus of this study is that the EFD - Contributions, discusses about the Information Technology and the need for training people involved in the structuring, generation and validation of the EFD - contributions. Observed the importance of transmitting up correct information about the company's operations through the EFD - Contributions and given the difficulty in maintaining cadastral retailers that work with loads of items such as supermarkets, this study developed a computational application to import and analysis of files sent by these companies for the cadastral survey of possible inconsistencies. This analysis was complemented by App Review questionnaires given to those responsible for activities related to EFD - Contributions of the companies analyzed. Finally, we prepared an assessment of the degree of inconsistency presented in the archives of the companies surveyed and the survey of possible problems that may be causing the inconsistencies found in the archives examined.

Keys words: EFD-Contributions Analysis. PIS/PASEP. COFINS. SPED.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação da metodologia de pesquisa.....	29
Quadro 2: Questões relativas as características do respondente	32
Quadro 3: Questões relativas as características da empresa em que atua	33
Quadro 4: Questões relativas a assessoria tributária.....	33
Quadro 5: Questões relativas a relação do respondente com o software utilizado pela empresa.....	33
Quadro 6: Resultados da Verificação 1	37
Quadro 7: Resultados da Verificação 2.....	38
Quadro 8: Resultados da Verificação NCM.....	40
Quadro 9: Total de inconsistências encontradas.....	41
Quadro 10: Número de respondentes por empresa	43
Quadro 11: Tabulação das Repostas – Características do Respondente – Q1	43
Quadro 12: Tabulação das Repostas – Características do Respondente – Q2	44
Quadro 13: Tabulação das Repostas – Características do Respondente – Q3	44
Quadro 14: Tabulação das Repostas – Características do Respondente – Q4	44
Quadro 15: Tabulação das Repostas – Características do Respondente – Q5	45
Quadro 16: Tabulação das Repostas – Características do Respondente – Q6	45
Quadro 17: Tabulação das Repostas – Características do Respondente – Q8	45
Quadro 18: Tabulação das Repostas – Características do Respondente – Q9	45
Quadro 19: Tabulação das Repostas – Características da empresa em que atua – Q7	46
Quadro 20: Tabulação das Repostas – Características da empresa em que atua – Q13	46
Quadro 21: Tabulação das Repostas – Características da empresa em que atua – Q14	47
Quadro 22: Tabulação das Repostas – Assessoria Tributaria – Q15.....	48
Quadro 23: Tabulação das Repostas – Relação do respondente com o software utilizado pela empresa – Q10.....	48
Quadro 24: Tabulação das Repostas – Relação do respondente com o software utilizado pela empresa – Q11.....	49
Quadro 25: Tabulação das Repostas – Relação do respondente com o software utilizado pela empresa – Q12.....	49
Quadro 26 - Relação entre inconsistências e características analisadas.....	50

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CST	Código da Situação Tributária
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CT-e	Conhecimento de Transporte Eletrônico
ECD	Escrituração Contábil Digital
ECF	Emissor de Cupom Fiscal
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EPP	Empresa de Pequeno Porte
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIAA	Programa Importador e Analisador de Arquivo
PIS	Programa de Integração Social
RAD	Rapid Application Development
RFB	Receita Federal do Brasil
SGBD	Sistema Gerenciador de Banco de Dados
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
TI	Tecnologia da Informação

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Questionário	61
Anexo 2- Tabela 4.3.14 - Operações com Isenção da Contribuição Social (CST 07) - Atualizada em 26/02/2013.....	63
Anexo 3- Tabela 4.3.13 - Produtos Sujeitos à Alíquota Zero da Contribuição Social (CST 06) - Atualizada em 05/11/2013	73
Anexo 4- Tabela 4.3.12 – Produtos Sujeitos a Substituição Tributária da Contribuição Social (CST 05) – Atualizada em 17/09/2013.....	74
Anexo 5- Tabela 4.3.10 – Produtos Sujeitos a Incidência Monofásica da Contribuição Social – Alíquotas Diferenciadas (CST 02 e 04) – Atualizada em 07/06/2013.....	78

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.2	PROBLEMA DA PÉSQUISA	12
1.3	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	12
1.4	JUSTIFICATIVA	12
1.5	OBJETIVO GERAL.....	13
1.6	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	PIS/PASEP E COFINS.....	15
2.1.1	Regime Não Cumulativo.....	17
2.2	SPED.....	18
2.2.1	EFD–Contribuições	20
2.3	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	22
2.4	CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	24
2.5	ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS	26
3	METODOLOGIA	29
3.1	COLETA DE DADOS	30
3.1.1	Aplicação para análise dos arquivos EFD-Contribuições.....	31
3.1.2	Questionário	31
3.2	TRATAMENTO DOS DADOS	34
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E PERFIL DOS RESPONDENTES.....	35
4.2	ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ARQUIVOS EFD-CONTRIBUIÇÕES.....	35
4.3	ANALISE QUANTITATIVA DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	42
4.3.1	Características do Respondente	43
4.3.2	Características da empresa em que atua.....	46
4.3.3	Assessoria Tributária.....	47
4.3.4	Relação do respondente com o software utilizado pela empresa	48
5	CONCLUSÃO	52
	REFERÊNCIAS.....	57
	ANEXOS	61

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Na atualidade, um dos assuntos mais abordados pelos autores na área administrativa e contábil é o elevado índice tributário no país. A carga tributária brasileira é um dos temas mais questionados na recente história da administração, devido ao excesso de impostos que recaem sobre a população (MACIEL, 2009). O sistema é caótico, principalmente à luz das sucessivas emendas constitucionais que o maltrataram com superposições de incidências e elevado nível de complexidade (MARTINS, 2010).

Há muitos anos vem se discutindo uma possível reforma tributária a fim de simplificar tal sistema, mas enquanto a discussão não “sai do papel”, resta aos contribuintes se adequarem as complexas exigências fiscais impostas pelo governo.

Com o aumento significativo da fiscalização no setor contábil e a implementação de diversas obrigações mensais, os contadores e empresas prestadoras dos serviços contábeis necessitam cada vez mais de sistemas de informações ágeis e eficientes, para que consigam cumprir as exigências fiscais impostas pelo Governo. Na atualidade, o Estado tem se preocupado com as receitas relativas à arrecadação de tributos, as quais representam a fonte de recursos de maior complexidade e relevância para o Estado (OLIVEIRA, 2009), este encontrou na tecnologia da informação (TI) um grande parceiro para inibir a sonegação fiscal pelo contribuinte. Com isso, um dos sistemas de maior interesse estatal que vem auxiliando no combate contra a sonegação fiscal é o SPED EFD-Contribuições.

O EFD-Contribuições trata se de um arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das receitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não-cumulatividade (SPED, 2013)

O sistema SPED EFD-Contribuições busca através da escrituração digital, identificar o máximo de conteúdo útil e necessário sobre a organização, com o objetivo de a receita fiscalizar a veracidade das informações sobre PIS/Pasep e Cofins, afim de se evitar a sonegação fiscal pelo contribuinte.

Sobre as tributações fiscalizadas no EFD-Contribuições no regime não cumulativo (PIS/PASEP e COFINS), ambas são de esfera federal, sendo o COFINS regido pela Lei nº 10.833/2003 e o PIS regido pela Lei 10.637/2002, com alterações subseqüentes. Souza (2012) comenta que esses tributos, tornaram-se os mais complexos dentre todos os demais, e também os mais onerosos ao contribuinte brasileiro, e ainda, o contribuinte tem grande dificuldade de controle e inúmeras possibilidades de ocorrências de fraude, o que corrobora com o interesse do Estado pelo controle mais eficiente na arrecadação deste tributo.

A dificuldade do contribuinte em controlar esses tributos aliado ao aumento rigoroso das exigências e fiscalizações impostas pelo governo, só torna mais visível a responsabilidade da entidade em buscar manter o máximo do controle tributário interno, desde o cadastramento dos produtos até o recolhimento do imposto, a qual depende da existência de uma ferramenta de TI eficiente e eficaz.

Não basta simplesmente o correto cadastro dos produtos, mas como a informação contábil muda rapidamente, deve-se ficar atento para rotineiras atualizações e conferências cadastrais. Atualizar o cadastro de fornecedores e produtos é imprescindível, pois, com apenas um erro na documentação do fornecedor e do produto, compromete-se a entrada de materiais (MACHADO, 2012).

É comum acontecer diversas inconsistências cadastrais em um sistema contábil, que na maioria dos casos, estes erros originados ocorrem devido falhas no cadastro de clientes, fornecedores e produtos (MACHADO, 2012). Para evitar possíveis transtornos internos e com o fisco, a organização deve encontrar pessoas capacitadas para executar a função de controle cadastral de produtos. Segundo Silva (2013), para que a organização consiga atingir seus objetivos a mesma deve ter certeza que seus cargos são ocupados por pessoas capazes de executarem suas funções com total eficiência.

O empreendedor deve desvendar as potencialidades dos recursos humanos e concluir qual é o mais apto para executar cada função na organização (CAXITO, 2008). Sendo assim, a nomeação de um responsável pelo cadastramento dos produtos numa empresa não pode ser por acaso, deve ser selecionado, treinado e

ainda contar com assessorias, como empresas de consultorias, por exemplo, a fim de buscar o máximo de informações úteis sobre o assunto específico, necessárias para um controle tributário eficiente.

Pelos motivos acima especificados, o trabalho busca analisar o nível de qualidade dos cadastros dos produtos junto à tributação PIS/COFINS das empresas optantes pelo lucro real na região sudoeste do Paraná, identificando possíveis falhas no processo e mostrando alternativas de melhorias para a organização.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

Qual o nível de consistência das informações repassadas ao Governo através do SPED EFD-Contribuições de empresas varejistas do Sudoeste do Paraná?

1.3 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Analisar através de ferramenta, o percentual de inconsistências cadastrais quanto ao PIS/COFINS em empresas varejistas tributadas com base no lucro real, bem como levantar através de questionário aplicado às mesmas as possíveis causas de tais inconsistências.

O trabalho será aplicado tendo por base a legislação vigente no momento da coleta das informações em empresas localizadas na região sudoeste do estado do Paraná.

1.4 JUSTIFICATIVA

De acordo com Santos (2013), é grande a quantidade de obrigações exigidas e alto o valor das multas aplicadas pelo fisco pela omissão ou

inconsistência de informações, assim sendo para evitar tais sanções, conseguir vencer as referidas obrigações e mesmo para uma correta gestão tributária empresarial, é vital que as empresas tenham cadastros em seus sistemas informatizados corretos e consistentes, para que sirvam de base para a correta geração dos valores devidos a título de tributos, bem como a geração de informações idôneas para os órgãos fiscalizadores.

A partir do surgimento do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), segundo Camargo (2011), a preocupação com a situação cadastral nos sistemas informatizados da empresa, quanto as questões tributárias, se tornou ainda mais latente, preocupação esta que segundo Sieber e Polli (2011) estende-se principalmente para a qualificação necessária para a configuração adequada de um sistema informatizado e a grande preocupação dos empresários com as obrigações do SPED.

Várias são as finalidades do referido sistema instituído pelo Poder Público, porém, de acordo com Camargo (2011) destacam-se a de controle e fiscalização, assim, e segundo Sartori (2011) reside nos cadastros de produtos e controles de estoques os mais prováveis geradores de inconsistências junto ao SPED.

Dessa forma faz-se necessário uma avaliação adequada quanto a qualidade das informações prestadas pelas empresas ao fisco através do EFD-Contribuições, bem como da consistência cadastral dos produtos quanto aos tributos PIS/COFINS.

Destarte o presente trabalho possibilitará qualificar a informação gerada pelas empresas ao fisco, trazendo conseqüentemente a posição das empresas quanto à referida obrigação, servindo assim de subsídio para futuros trabalhos no tema, bem como para a extensão do conhecimento universitário sobre tal.

Em contraposto as empresas pesquisadas poderão valer-se do presente para a avaliação da qualidade das informações prestadas pelas mesmas através do EFD-Contribuições servido estas de subsídio para a correlação entre possíveis erros identificados e os respectivos processos de geração da informação.

1.5 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de geração e as informações enviadas para o fisco por meio do EFD-Contribuições, por empresas varejistas do Sudoeste do Paraná tributadas pelo lucro real.

1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Obter informações quanto a tributação do PIS/COFINS na legislação aplicável ao momento da coleta dos dados, criando assim uma base de dados de conhecimento;

Desenvolver uma ferramenta de suporte para a avaliação da consistência cadastral de produtos quanto ao PIS/COFINS. Onde o arquivo disponibilizado pela empresa respeitando o layout do EFD-Contribuições será consistido em base de conhecimento desenvolvida a partir das tabelas de não incidência dos tributos PIS/COFINS disponíveis em formato .txt no portal do SPED na opção Projetos>EFD-Contribuições>Tabelas de códigos>Tabelas em formato txt.

Entrevistar os responsáveis pela estruturação, geração e validação do EFD-Contribuições nas empresas analisadas, com a finalidade de avaliar a qualidade desses processos e das informações enviadas ao SPED através do EFD-Contribuições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo será abordado, fundamentado e conceituado à tributação PIS/PASEP, COFINS, o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED e seu subprojeto EFD-Contribuições, a importância de possuir uma tecnologia de informação eficiente e a necessidade de captar recursos humanos qualificados para execução e controle das atividades que envolva todo o processo de tributação dos produtos dentro da organização.

2.1 PIS/PASEP E COFINS

Segundo Pegas (2006) o O PIS/PASEP teve origem na Constituição Federal de 1967 objetivando a integração do trabalhador na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão.

A Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 instituiu o PIS (Programa de Integridade Social). Paralelamente foi sancionada a Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970 que institui o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) .

A Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, unificou esses programas em um fundo denominado PIS/PASEP, regulado pelo Decreto nº 4.751, de 17 de junho de 2003.

O objetivo original destas contribuições era promover uma poupança individual ao trabalhador, com o passar do tempo sua função foi reforçada, sendo responsável pelo financiamento de pagamentos dos seguros-desempregos, abonos e participação na receita dos órgãos e entidades para os trabalhadores públicos como privados.

A contribuição do PIS é destinado aos empregados de empresas privadas, conforme a consolidação das leis do trabalho CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), a qual é administrada pela Caixa Econômica Federal, enquanto o PASEP é destinado aos servidores públicos regido pelo regime jurídico estatutário federal, sendo administrado pelo Banco do Brasil.

Segundo Pinto (2010) a COFINS, (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), foi editada pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, sendo alterada pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que, por sua vez, foi alterada pela Medida Provisória nº 1.807, de 28 de janeiro de 1999, atual Medida Provisória no 2.158-35 de 24 de agosto de 2001, seguidas de inúmeras modificações.

Esta contribuição tem como finalidade como o nome já diz, financiar a seguridade social, sendo que esta abrange a previdência social, a saúde e a assistência social.

O próprio Pinto (2010) afirma que atualmente a legislação básica para PIS/PASEP é a Lei nº9.715, de 25 de novembro de 1998 e a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, em relação ao regime cumulativo; a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para o regime não cumulativo; e a legislação básica referente à COFINS é: a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e Lei nº10.865, de 30 de abril de 2004 e algumas outras leis específicas para determinados segmentos ou produtos

As contribuições PIS/PASEP (programa de integridade social) e COFINS (contribuição social para financiamento de seguridade social) incidem sobre a totalidade das receitas auferidas pelas empresas, cujas alíquotas variam conforme o regime de apuração: cumulativo e não cumulativo. Muche, Bispo (2008) afirmam:

Nas empresas cujo regime de apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ é Lucro Presumido o recolhimento da PIS/COFINS deverá ser feito pelo método cumulativo, cujas alíquotas são de 0,65% e 3,00%, respectivamente. Já para as empresas optantes do Lucro Real o PIS/COFINS deverá ser recolhido pelo método não cumulativo, onde as alíquotas são de 1,65% para a PIS e 7,60% para COFINS.

A principal diferença entre os dois métodos conforme Muche, Bispo (2008) reside na forma em que as contribuições incidem ao longo da cadeia produtiva. No método cumulativo o tributo onera cada fase o processo, de forma que seu recolhimento entra como despesa para o próximo elo da cadeia, sem chances de recuperação.

Por outro lado no método não-cumulativo, o recolhimento da fase anterior caracteriza-se como um crédito para empresa pagadora da receita podendo ser

compensada por essa no seu recolhimento, reduzindo o valor a ser efetivamente pago.

Martins (2012) cita que há tempos que as contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS são regidas por uma legislação considerada uma das mais complexas no cenário tributário brasileiro, sendo objeto constante de inúmeras alterações.

Por este motivo a necessidade da atualização constante e do controle tributário interno, contando sempre com o máximo de ferramentas possíveis para o auxílio ao exato cadastramento de produtos e apuração dos impostos que incidem sobre o PIS/PASEP e COFINS.

Neste trabalho será abordado apenas empresas que trabalham no regime do lucro real, ou seja, o sistema não cumulativo de se apurar os impostos de PIS/PASEP E COFINS.

2.1.1 Regime Não Cumulativo

Santos (2013) explica que é de suma importância conhecer como se dá o recolhimento dos tributos PIS/PASEP e COFINS, pois representam uma parcela significativa dentro das obrigações tributárias de uma empresa, até mesmo pela suas bases de cálculos se darem através da receita bruta de vendas.

Com o surgimento da não cumulatividade, ou seja, do crédito a recuperar, deixa de existir o chamado efeito cascata, representado então pelo regime cumulativo.

Ainda segundo o próprio Santos (2013) a sistemática da não cumulatividade para o PIS/PASEP foi instituída pela medida provisória n. 66, de 29 de agosto de 2002, a da COFINS, pela medida provisória n.135, de 30 de outubro de 2003, ambas dispõem sobre a não cumulatividade destas contribuições.

Este sistema funciona para as empresas optantes pelo regime de lucro real, a qual dá ao contribuinte o direito de um crédito de PIS/PASEP e COFINS na hora da apuração dos tributos, conforme especificidades abrangentes na legislação acima mencionada.

Tais créditos permitidos em lei a deduzir da base de calculo destas contribuições são gerados na aquisição de bens para revenda do mesmo período da

apuração do imposto e algumas despesas equiparadas pela própria legislação, as quais são oriundas de insumos utilizados para a atividade da empresa.

É necessário tomar cuidado com a aplicação do conceito “insumos”, utilizados como créditos no regime não cumulativo, Cavallo (2005) afirma que deve ser excluído deste conceito a divulgação, venda, distribuição e aprimoramento, pois não se enquadram na definição de insumo.

Conforme mencionado no capítulo 2.1, neste sistema onde é permitido o benefício do crédito na compra de produtos, as alíquotas básicas são de 1,65% sobre o faturamento mensal para PIS/PASEP e 7,6% sobre o faturamento mensal para COFINS; entretanto a lei não é tão simples assim, pelo contrario, é considerada uma das mais complexas existentes no nosso regime tributário.

Feitosa (2010), cita que esta forma de tributação corresponde atualmente, ao mais complexo tributo, tanto pela dificuldade de apuração dessas contribuições, que comportam diversas modalidades dentro da sistemática da contribuição, como também pela falta de consolidação de sua legislação.

Esta citação se comprova ao analisar a quantidade de peculiaridades na lei, aonde nem todos os produtos possuem incidência da obrigação tributaria junto ao PIS/PASEP e COFINS. Existem produtos suspensos, imunes, isentos, monofásicos, com substituição tributária e alíquota zero.

As empresas que utilizam este sistema de não cumulatividade necessitam com mais urgência, colaboradores que entendam a legislação em vigor e que através deste conhecimento se beneficiem a reduzir o valor da contribuição paga de PIS/PASEP e COFINS pela organização.

2.2 SPED

A Receita Federal na busca de encontrar informações mais precisas sobre todas as empresas atuantes no território nacional, resolveu criar, após muitos estudos, um sistema em que informatiza a entrega das obrigações e as unificam para todos os Estados e Municípios, chamado de Sistema publico de escrituração digital - SPED.

O SPED é um sistema instituído pelo decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que faz parte do programa de aceleração do crescimento (PAC), do Governo Federal, o qual, segundo o próprio decreto, veio para modernizar as obrigações transmitidas pelo governo. Para isso, o SPED é um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias. (Azevedo, 2009) define assim a objetividade do projeto SPED.

O projeto SPED pretende alterar a forma de cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, substituindo a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel, por documentos eletrônicos, cuja auditoria, integridade e validade jurídica são reconhecidas pelo uso do certificado digital.

O SPED é considerado um projeto totalmente inovador no Brasil, onde não resta ao contribuinte outra opção que não seja se adequar as novas exigências do fisco, já que o não preenchimento das informações no SPED de forma correta poderá acarretar multas de valores elevados.

Segundo o sitio do SPED da Receita Federal (acessado em agosto de 2013), os objetivos do SPED são:

- Promover à integração do fisco, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitando as restrições legais.
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Tais objetivos visam sempre o maior controle informações e a redução de atividades ilícitas pelo contribuinte, sendo que estas informações devem ser transmitidas de forma correta, por uma pessoa realmente capacitada para exercer tal função. Para Duarte (2009) “com o SPED, a sociedade presencia uma nova era de conhecimento, onde serão importantes as habilidades humanas, para que se usufrua das informações da melhor maneira possível na entidade”.

A receita federal fragmentou o sistema SPED em diversos outros programas, cada um para sua finalidade em particular. Neste trabalho será abordado o EFD-CONTRIBUIÇÕES, responsável pela transmissão das informações do PIS/PASEP e da COFINS.

2.2.1 EFD–Contribuições

A EFD–Contribuições foi constituída pela Instrução Normativa da Receita Federal nº. 1.052/2010 e posteriores alterações, a qual trata se de uma nova forma de escrituração da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), além da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita), em que as pessoas jurídicas obrigadas a essa exigência transmitam ao SPED um arquivo digital no qual discriminam as operações das receitas auferidas, assim como os custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não-cumulatividade. (SÍTIO SPED, 2013).

A EFD - Contribuições é um arquivo digital, que reúne um conjunto de informações sobre a tributação de PIS/PASEP e COFINS, afim de se apurar os impostos referente as operações executadas pelo contribuinte, com obrigatoriedade de entrega mensal.

O governo federal soube aproveitar-se do avanço tecnológico e da acessibilidade na obtenção de informação, criando um sistema capaz de aumentar a transparência fiscal quanto aos tributos , afim de se apurar os impostos referente as operações executadas entre o setor privado e público, dificultando ao máximo possíveis fraudes no sistema.

Revenue (2011) comenta que de uma forma geral, a efetiva automação das autoridades fiscais poderia melhorar drasticamente e completamente a transparência fiscal e a capacidade do governo para monitorar atividades ilícitas.

Esta obrigação acessória, se por um lado trás benefícios ao governo, por outro dificulta a vida dos contribuintes; Azevedo e Mariano (2009) afirmam que “os contribuintes sofrem com a diversidade de obrigações acessórias e formas de entrega”.

Segundo o Guia Prático EFD (RECEITA FEDERAL, 2012) é estabelecido nove blocos para preenchimento do arquivo (0, A, C, D, F, M,P, 1 e 9) que “devem ser organizados e dispostos na sequência estabelecida no item 2.5 do Manual do Leiaute da EFD-PIS/COFINS e alterações” e exemplifica: “inicia-se com o bloco 0 e seus registros, na sequência o bloco A e registros correspondentes, depois os blocos C, D, F,M, P e 1 e, ao final, o bloco 9, que encerra o arquivo digital da escrituração.”

O preenchimento das informações de forma correta e completa é imprescindível para evitarem-se futuros inconvenientes com o fisco. Oliveira (2011) ressalta que há obrigatoriedade de preenchimento de todos os blocos gravando-se no registro de abertura de cada bloco (*001) se tal bloco contém dado ou não. De tal modo, ainda que não exista dado para preenchimento de um bloco, haverá o preenchimento do termo de abertura e encerramento.

A EFD–Contribuições possui periodicidade mensal e o contribuinte deve armazenar o arquivo gerado, o qual será transmitido conforme os requisitos de segurança, autenticidade, integridade e validade jurídica, devendo tal arquivo ser guardado pelo prazo estabelecido em lei.

A EFD–Contribuições deverá ser assinada digitalmente, pelo representante da empresa, ou procurador legal, utilizando-se de um certificado digital válido. A EFD poderá ser retificada, dentro de prazo determinado, desde que a pessoa jurídica não tenha, no mesmo período de retificação, sofrido fiscalização ou sido intimada em procedimento fiscal, realizado pedido de compensação ou que os saldos a pagar já estejam na Procuradoria da Fazenda Nacional (SITIO SPED).

Com toda a fiscalização exigida pelo fisco, os contribuintes devem cada vez mais utilizar do planejamento tributário visando alternativas legais de reduzir o pagamento dos tributos de PIS/PASEP e COFINS, já que o preenchimento de informações errôneas transmitidas pelo sistema EFD – Contribuições será informado a Receita Federal e a empresa autuada.

2.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

É da natureza humana a busca pela constante evolução dos mais diversos processos a fim de facilitar o meio em que vivemos. É o que acontece na área contábil onde as informações mudam constantemente.

Com os avanços tecnológicos e a rápida alternância das informações, as empresas precisam estar adequadas à um mercado altamente competitivo e dinâmico, o qual exige cada vez mais um sistema de tecnologia da informação (TI) capacitado e ágil na hora de transmitir o máximo de informações necessárias para o gestor nas tomadas de decisões. Duarte (2009) argumenta que:

A informação pura não é conclusiva, não transforma a empresa, não toma decisões, nem cria oportunidades. Para que ela tenha valor é preciso utilizar as habilidades humanas de análise e síntese.

Como pode-se perceber conforme argumentação acima, tecnologia de informação não evita falência e não garante o sucesso empresarial; o diferencial que um sistema de tecnologia de informação eficiente faz é disponibilizar uma gama de informações importantes que possivelmente o seu concorrente não tenha, utilizando-o assim como uma vantagem competitiva.

Com o fácil acesso as informações, os sistemas aumentaram sua complexidade e interatividade, sendo indispensáveis para funcionamento das organizações.

Segundo Gonçalves e Riccio (2009), sistema de informação pode ser definido como: um sistema que integra usuários e Tecnologia de Informação com o fim de fornecer informações e dar suporte às operações e funções de administração, à tomada de decisão e ao controle, em quaisquer dos níveis da gestão empresarial: operacional, gerencial e estratégico.

Na área contábil não é diferente, a evolução é constante, assim como as obrigações junto ao fisco. As obtenções de sistemas eficientes são classificadas como diferenciais competitivos por gestores, sendo muitas vezes investidos valores elevados para aquisição e manutenção de ferramentas que deem

à organização a devida informação necessária para definir os rumos a serem seguidos. Britto (2008) afirma que:

Está-se iniciando uma nova era, que será regida pela tecnologia da informação. Rotinas de transmissão de dados com assinatura digital, importação, exportação, extração, manipulação e entrelaçamento de arquivos eletrônicos passam a fazer parte do dia-a-dia do empresário, advogados e contadores.

De acordo com Oliveira (2005) existem diversas forças de mercado pressionando permanentemente as empresas por meio da competitividade, tais como: os concorrentes, os fornecedores, os clientes, o governo e a sociedade civil, com suas crenças, costumes e preferências.

Nesta “pressão” feita pelo próprio mercado em busca de agilidade no processo é de suma importância uma resposta dentro do prazo hábil e com a qualidade exigida, para que não se perca clientes, parceiros e competitividade.

Faz-se necessário para que a empresa tenha um maior controle sobre seu TI, a parametrização correta das informações no sistema utilizado. Tão importante quanto possuir um sistema que gere dados, é possuir um que faz a exata correção dos dados que serão transmitidos para a Receita, evitando assim futuros inconvenientes, como retificações ou multas pelas informações errôneas declaradas.

Foi-se o tempo em que a fiscalização era algo “simbólico” ou apenas para multinacionais. Hoje em dia a receita federal tem acesso fácil e rápido as movimentações efetuadas dentro da empresa, sendo questão de tempo para autuar qualquer irregularidade (LIMA, *et al.*, 2002).

Essa nova realidade altera significativamente a utilização da infraestrutura de comunicação e informação pública, a internet, possibilitando a redução significativa das restrições e aumento, também significativo das possibilidades de realização de novos processos, novas interações (ALBERTIN; ALBERTIN, 2006).

Existem diversos benefícios disponíveis as organizações através da aplicação eficaz do TI como agilidade no desenvolvimento das atividades burocráticas, melhoria na comunicação interna e externa, melhoria no ambiente de trabalho, melhoria no relacionamento interpessoal, maior controle sobre os processos. Depende das próprias organizações buscar ao máximo o aperfeiçoamento desta tecnologia.

2.4 CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Todo gestor busca encontrar em seu quadro de colaboradores pessoas motivadas e capacitadas para exercer suas funções em prol do sucesso organizacional.

Esta busca ganha um grau de importância elevada quando se fala em atividades que envolvam recolhimentos de tributos junto ao fisco (neste caso o PIS/PASEP e a COFINS e suas legislações complexas) pelo motivo que a fiscalização é constante e se comprovado erro de informações, as penalidades tendem a serem multas de valores elevados.

O profissional que não se adequar as novas exigências do SPED pode encontrar muita dificuldade em se manter ativo no mercado, por este motivo, existe a necessidade de maior ênfase na adequação dos profissionais contábeis e em geral.

Oda (2009), supervisor geral do projeto na Receita Federal, expõe que foi realizada uma pesquisa quanto à adoção e implantação do SPED nas empresas para entender as principais dificuldades e fornecer contribuição para avaliação do projeto.

Os resultados da pesquisa sugerem que faltam consultores especializados no mercado, além da crise financeira ocorrida em 2008 ter influenciado os investimentos efetuados para implantação deste sistema, o qual atrasou seu prazo de funcionalidade.

O SPED traz uma alteração cultural nos sistemas internos e que deve haver uma mudança e desenvolvimento dos processos internos e de infraestrutura em todo o país.

Oda (2009) ainda recomenda a participação de um profissional contábil com habilidades de análise, síntese, comunicação interpessoal e atento à legislação, aliado ao profissional de tecnologia da informação para o sucesso da implantação desse novo projeto.

A implantação do sistema SPED, e suas derivações nas empresas exigiu um maior empenho dos profissionais, por se tratar de uma obrigação com um nível maior de informações do que aquelas que as empresas já estavam acostumadas.

A contratação de recursos humanos com o perfil para a execução desta atividade pode ser uma escolha interessante, desde que o gestor através de

técnicas de recrutamento consiga identificar habilidades pessoais que credencie o futuro colaborador a ter sucesso nesta função.

CHIAVENATO (2000 P.197) define assim recrutamento “É um conjunto de técnicas e procedimentos que visa a atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização”.

Outra possibilidade é o treinamento aos colaboradores, o qual deve ser feito de forma minuciosa; desde entender todo o programa do SPED EFD-CONTRIBUIÇÕES, como conhecer detalhadamente a forma de tributação de cada leva de produtos existentes na empresa junto ao PIS/PASEP e COFINS. Oliveira (2011) diz:

As penalidades para quem não estiver de acordo com o SPED vão desde multas pela não apresentação de arquivos, até a impossibilidade de emissão de notas fiscais de vendas. Quem não se adaptar às condições do SPED estará cometendo infração, lei 8.137/90, que trata dos crimes contra a ordem tributária.

Sendo assim a capacitação e o aperfeiçoamento dos recursos humanos são de extrema importância a fim de evitar futuros transtornos junto a Receita Federal.

Conforme afirma Oliveira (2011) que ao firmar contrato de prestação de serviços, o profissional contábil passa a se responsabilizar tecnicamente pela contabilidade da contratante devendo esta ter começo e fim, sendo que o período deve estar bem definido, indicando preferencialmente por contrato escrito e finalizando pelo respectivo distrato, com a consequente entrega de documentos, relatório da situação fiscal e contábil do cliente que eixa de ser atendido.

O contador da empresa deve estar sempre atualizado a todas as operações e transações efetuadas pelo estabelecimento, orientando o seu cliente, com o propósito de uma contabilidade concisa e clara, onde todas as informações sejam realizadas dentro das normas legais.

2.5 ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

Na literatura contemporânea algumas pesquisas relacionadas ao tema podem ser resgatadas. É relevante compreender como os autores tratam o assunto deste trabalho nesta última década.

Primeiramente, Valentim (2003) comenta que o Brasil teve o seu sistema tributário de caráter nacional a partir da Edição da Emenda Constitucional nº 18, de 1965, entretanto o sistema começou a ser vulnerável a partir do final da década de 70 e início da década de 80, quando o país exigia, além de mudança em sua estrutura política, mudança da estrutura tributária, especialmente devido a instabilidade da economia e falta de recursos externos, fazendo com que a receita tributária, passasse a ter maior relevância para o Estado cumprir sua função básica.

Segundo o mesmo autor, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi instalada uma nova ordem, e, com ela um novo sistema tributário, que, manteve a competência tributária da União e ampliou a competência tributária dos estados e municípios.

Todavia, a eficácia do novo sistema foi colocada à prova, na medida em que a União passou a defender a tese de que, inobstante a Constituição (CF/88) ter atribuído novas competências a Estados e Municípios, não lhes atribuiu o respectivo encargo ou ônus delas decorrentes, em prejuízo de toda a Federação. Tanto que, em 1993 com a Emenda Constitucional nº 3, introduziram-se novas modificações no sistema tributário com a extinção e criação de novos impostos.

Silva (2002) destaca que ao final dos anos 2000 com o aumento da globalização o processo de fortalecimento da economia informal foi fortalecido. É certo que esse setor se utiliza dos mesmos mecanismos de transferências de mercadorias advindos da globalização, para fazer circular, em nível mundial, a maior parte dos produtos comercializados pela economia paralela.

Ainda segundo Silva (2002) Com esse efeito, não se pode negar que o comércio informal é o meio pelo qual a indústria da pirataria dá vazão a sua produção. Desse modo torna-se evidente a ligação entre o avanço da globalização com o aumento da sonegação fiscal de todos os tributos, inclusive dos PIS/PASEP e da COFINS.

Devido ao problema acima mencionado, a Revista Exame (2007) destaca a criação do programa SPED FISCAL pela Receita Federal; no qual diz que um país como o Brasil, onde seu grande território e a escassez recursos econômicos são as principais causas da evasão fiscal, a transformação das informações necessárias de atuação fiscal de pilhas de papéis para a forma eletrônica vem a contribuir para o maior controle sobre as obrigações fiscais e comerciais dos contribuintes.

Desta forma, a Revista Exame (2007) conclui como objetivo deste sistema em aumentar a eficácia da fiscalização, agilizar os procedimentos tributários e reduzir os custos com armazenamento e impressão de documentos em papel.

Maida (2007) identifica o sistema SPED composto por três grandes subprojetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

O mesmo Maida(2007) diz que o SPED facilitará o acesso às informações entre os diversos órgãos envolvidos no projeto respeitando as restrições constitucionais e legais, como a preservação do sigilo fiscal, nos termos do Código Tributário Nacional, tornando natural o cruzamento entre as declarações e informações entregues pelos contribuintes e sua contabilidade.

Objetivando também, em benefício dos contribuintes, proporcionar a simplificação e racionalização de obrigações acessórias, pois proporcionará a entrega das obrigações acessórias de diferentes órgãos através de um único documento eletrônico.

Oda (2009), supervisor geral do projeto na Receita Federal, expõe que através de uma pesquisa realizada quanto à adoção e a implantação do SPED nas empresas com intuito de identificar as principais dificuldades encontradas no sistema e fornecer contribuição para o projeto, chegou-se á um resultado que demonstra a falta de recursos humanos especializados no mercado para tal atividade.

Mota (2010) comenta que o projeto SPED avança com rapidez, compreendendo diversas etapas, dentre elas se podem destacar que, a partir de janeiro de 2011, todas as pessoas jurídicas, sujeitas ao acompanhamento econômico tributário diferenciado e à tributação do imposto de renda com base no lucro real, estão obrigadas à Escrituração Fiscal Digital (EFD) do PIS/COFINS, como também ocorrerá a passagem de várias outras obrigações acessórias para o meio digital.

Ayres (2012) por meio de uma pesquisa por amostragem, concluiu que a legislação referente ao PIS/PASEP e a COFINS é complexa (difícil interpretação, dispersa, numerosa, variedade de especificações dentre outras características), e ainda que, a implantação do EFD-Contribuições pode aumentar essa complexidade.

O mesmo Ayres pensa que futuramente, para correção desta alta complexidade, é necessário revisar a estrutura da legislação referente ao PIS/PASEP e COFINS para torná-la justa a contribuintes e conveniente para aplicação por especialistas que atuam na Contabilidade Tributária e consequentemente favorável para o desenvolvimento do Brasil.

3 METODOLOGIA

No que tange à metodologia, várias são as classificações dadas aos trabalhos acadêmicos. Uma das classificações é a de Cooper e Schindler (2003), que dividem as classificações em categorias para uma melhor compreensão da metodologia empregada. No que concerne a este trabalho quanto a sua metodologia, o mesmo pode ser definido, utilizando-se por referência os autores supracitados, conforme o Quadro 1.

CATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO DO TRABALHO
O nível de estrutura e objetivo do estudo	Estudo formal
O método de coleta de dados	Interrogação/Comunicação
O poder do pesquisador em produzir efeito nas variáveis que estão sendo estudadas	<i>Ex post facto</i>
O objetivo do estudo	Descritivo
A dimensão do tempo	Transversal
O escopo (amplitude e profundidade) do estudo	Estudo estatístico
O ambiente de pesquisa	Ambiente de campo

Quadro 1: Classificação da metodologia de pesquisa

Fazendo-se uso das definições de Cooper e Schindler (2003) pode-se classificar o referido trabalho quanto ao nível de estrutura e objetivo de estudo em formal pois será realizado o uso de métodos precisos e a definição da fonte de dados, bem como o método de coleta de dados em Interrogação/Comunicação pois os mesmos serão obtidos através de questionário aplicado pessoalmente e arquivo em formato texto disponibilizado pelas empresas pesquisadas.

Para definir-se o poder do pesquisador em produzir efeitos nas variáveis que estão sendo estudadas pode-se classificá-lo como *Ex post facto* pois o referido pesquisador não tem o poder de influenciar a tomada de decisão dos respondentes, mas apenas auferir e avaliar os resultados obtidos.

Trata-se de um estudo descritivo quanto ao objetivo se tendo em vista a análise do efeito e não a busca pela causa, função esta do estudo causal, para

Lopes *et al.* (2010, p. 142), pesquisa descritiva é um “estudo de uma determinada população, descrevendo suas características, estabelecendo variáveis entre si, a partir de seus objetivos”

Quanto a dimensão do tempo trata-se de transversal, pois serão avaliadas as variáveis em determinado momento, neste caso em determinado mês do ano de 2012, enquanto nos estudos longitudinais existe um acompanhamento das variáveis em um período maior.

Enquanto o escopo do estudo pode-se descrevê-lo como estatístico, pois serão feitas inferências dentro de uma amostra, podendo-se dessa forma reconhecer as características da população analisada. Finalmente pode-se classificar o ambiente de pesquisa em de campo pois desenvolve-se em ambientes reais (campo).

O presente trabalho, levando-se em conta seu tema e objetivos, será desenvolvido utilizando-se inicialmente de estudo bibliográfico para o levantamento de informações pertinentes ao tema, levantando-se rol de trabalhos acadêmicos, selecionados conforme afinidades e forma de publicação.

Destaca-se no estudo bibliográfico a necessidade do estudo da legislação tributária do PIS/COFINS, bem como das regulamentações legais pertinentes ao desenvolvimento e uso da EFD-Contribuições.

3.1 COLETA DE DADOS

O trabalho obterá seus dados para análise através de pesquisa de campo, basicamente em duas frentes: a análise quantitativa de arquivos disponibilizados segundo o *layout* definido legalmente para o EFD-Contribuições através de ferramenta desenvolvida para tal e questionário aplicado junto aos funcionários responsáveis pela parte fiscal/tributária dentro das empresas analisadas quantitativamente.

3.1.1 Aplicação para análise dos arquivos EFD-Contribuições.

A aplicação supracitada será desenvolvida através da ferramenta RAD (*Rapid Application Development*) Delphi em sua versão 2007, bem como fará uso do banco de dados SQL-Server e seu SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) o *SQL Server Management Studio*, ambos em sua versão 2012.

A finalidade da ferramenta é de analisar os arquivos disponibilizados pelas empresas pesquisadas e levantar a quantidade das possíveis inconsistências encontradas, servindo assim de base para a análise quantitativa.

Na análise será avaliada se a tributação dos itens informada no arquivo está correta ou não em relação a legislação tributária vigente no momento da coleta de dados.

Para uma melhor desenvolvimento do trabalho será adotada a sigla PIAA de Programa Importador e Analisador de Arquivo, para tratar da aplicação desenvolvida para a importação e análise dos arquivos.

3.1.2 Questionário

O questionário será aplicado pessoalmente ou enviado por e-mail para impressão, resposta e retorno em meio físico. Buscando-se a maior efetividade possível para sua aplicação, o mesmo foi elaborado de maneira estruturada, em sua maioria com perguntas fechadas, a fim de facilitar a tabulação, com respostas padronizadas e pré-codificadas.

Para um melhor desenvolvimento do questionário, ele foi elaborado replicando-se e adaptando-se questões já desenvolvidas em outros trabalhos, bem como contou com o desenvolvimento de questões próprias. Para um melhor entendimento, nesse trabalho foram replicadas as questões: Q1, Q2, Q3 e Q7 bem como adaptadas as questões: Q6 e Q8 desenvolvidas por Antonelli(2011), enquanto as demais das questões foram elaborados de acordo com a necessidade de dados levantada pelo presente trabalho.

O presente questionário tem a finalidade de coletar dados referentes a: (I) características do respondente, (II) características da empresa em que atua, (III) assessoria tributária da empresa e (IV) a relação do respondente com o software utilizado pela empresa.

Os Quadros 2, 3, 4 e 5 trazem a relação entre as necessidades de dados acima enumeradas e as questões elaboradas para suprirem tais necessidades, contemplando também a classificação das variáveis e suas possíveis respostas.

1 – CARACTERÍSTICAS DO RESPONDENTE		
QUESTÕES	CLASSIFICAÇÃO DA VARIÁVEL	OPÇÕES DE RESPOSTA
Q1 – Idade	Ordinal	(1) até 19 anos; (2) 20 a 25 anos ; (3) 26 a 30 anos ; (4) 31 a 35 anos; (5) 36 a 40 anos; (6) 41 a 45 anos; (7) acima de 46 anos
Q2 - Tempo de experiência profissional	Ordinal	(1) até 05 anos; (2) 06 a 10 anos; (3) 11 a 15 anos; (4) 16 a 20 anos; (5) acima de 21 anos
Q3 - Tempo de trabalho na empresa atual	Ordinal	(1) até 01 ano; (2) 02 a 04 anos; (3) 05 a 07 anos; (4) 08 a 10 anos; (5) acima de 10 anos
Q4 - Grau de instrução	Ordinal	(1)ensino fundamental incompleto (2)ensino fundamental completo (3)ensino médio incompleto (4)ensino médio completo (5)ensino superior incompleto (6)ensino superior completo
Q5 - No caso de ensino superior completo ou incompleto, qual a área	Nominal	Várias
Q6 - No caso de superior completo, possui alguma especialização	Nominal	Várias
Q8 - Qual o grau de intensidade de seus conhecimentos quanto aos tributos PIS/COFINS	Ordinal	(1) Pouquíssimo (2) Pouco (3) Nem pouco, nem muito (4) Muito (5) Muitíssimo
Q9 - Qual o grau de intensidade de seus conhecimentos quanto ao EFD-Contribuições	Ordinal	(1) Pouquíssimo (2) Pouco (3) Nem pouco, nem muito (4) Muito (5) Muitíssimo

Quadro 2: Questões relativas as características do respondente

2 – CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA EM QUE ATUA		
QUESTÕES	CLASSIFICAÇÃO DA VARIÁVEL	OPÇÕES DE RESPOSTA
Q7 – Número de funcionários na empresa em que trabalha	Ordinal	(1) até 09 empregados (2) 10 a 19 empregados (3) 20 a 49 empregados (4) 50 a 99 empregados (5) mais de 100 empregados
Q13 – Qual o grau de intensidade quanto ao sentimento de sobrecarga de trabalho na área em que atua	Ordinal	(1) Pouquíssimo (2) Pouco (3) Nem pouco, nem muito (4) Muito (5) Muitíssimo
Q14 – Quais as atividades que são exercidas por você na empresa que trabalha	Nominal	Várias

Quadro 3: Questões relativas as características da empresa em que atua

3 – ASSESSORIA TRIBUTÁRIA		
QUESTÕES	CLASSIFICAÇÃO DA VARIÁVEL	OPÇÕES DE RESPOSTA
Q15 – Caso efetue o cadastro de produtos ou geração/validação do EFD-Contribuições você possui assessoria para o exercício dessas funções	Ordinal	(1) Não (2) Sim, da contabilidade da empresa (3) Sim, de uma empresa especializada (4) Sim, da empresa responsável pelo software da empresa (5) Sim, de um autônomo

Quadro 4: Questões relativas a assessoria tributária

4 – RELAÇÃO DO RESPONDENTE COM O SOFTWARE UTILIZADO PELA EMPRESA		
QUESTÕES	CLASSIFICAÇÃO DA VARIÁVEL	OPÇÕES DE RESPOSTA
Q10 - Qual o nome/marca do aplicativo utilizado pela sua empresa	Nominal	Várias
Q11 - Qual o grau de intensidade quanto a dificuldade de utilização do aplicativo utilizado pela empresa:	Ordinal	(1) Pouquíssimo; (2) Pouco ; (3) Nem pouco, nem muito; (4) Muito ; (5) Muitíssimo
Q12 – Qual o grau de intensidade em que você teve treinamento em seu sistema para as tarefas exigidas na área em que atua:	Ordinal	(1) Pouquíssimo; (2) Pouco; (3) Nem pouco, nem muito; (4) Muito ; (5) Muitíssimo

Quadro 5: Questões relativas a relação do respondente com o software utilizado pela empresa

As questões Q1, Q2, Q3, Q4, Q7 e Q15 são questões fechadas contendo respostas padronizadas, as questões Q5, Q6, Q10 e Q14 são questões de múltipla escolha onde pode-se descrever opção diferente às dadas, enquanto as questões Q8, Q9, Q11, Q12 e Q13 são questões do tipo escala *likert* que variam de 1 a 5 (pouquíssimo a muitíssimo), com o objetivo de avaliar o grau de intensidade das respostas.

3.1.2.1 População e amostra

População para Cooper e Schindler (2003, p. 150), é “[...] um conjunto completo de elementos sobre os quais desejamos fazer algumas inferências”. Neste trabalho a população é definida como as empresas varejistas do sudoeste do paraná tributadas com base no lucro real.

Para o desenvolvimento do presente trabalho obteve-se dados de 4 empresas que disponibilizaram arquivo no formato adotado para análise e possibilitaram a aplica o do questionário aos funcionários responsáveis pelas atividades ligadas diretamente a gera o do EFD-Contribui es.

3.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Os arquivos seguindo o layout definido pelo EFD-Contribui es, disponibilizados pelas empresas pesquisadas, foram analisados através do PIAA. Após analisados os arquivos aplicou-se os questionários aos responsáveis pela estrutura o, gera o e valida o do EFD-Contribui es nessas empresas e posteriormente foram tabuladas as informa es obtidas. Depois de tabuladas as informa es obtidas em ambas as análises, arquivos e questionários, verificou-se a possível rela o entre os resultados obtidos na análise quantitativa dos arquivos e os dados obtidos através dos questionários.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E PERFIL DOS RESPONDENTES

A amostra do presente estudo é não probabilística por conveniência, sendo composta por quatro organizações, de ramo de atividade supermercadista, todas classificadas fiscalmente como empresas de pequeno porte (EPP). Devido aos dados analisados nesta pesquisa serem dados sigilosos dos elementos da amostra, bem como ao pedido das empresas para seus nomes não serem revelados neste estudo, as empresas serão tratados pelo pseudônimo de: Empresa A, B, C e D.

Foram obtidos quatro arquivos, um de cada empresa pesquisada. As empresas pesquisadas estão localizadas em duas cidades da região sudoeste do Paraná, Mangueirinha e Renascença. Cabe destacar que além dos arquivos EFD-Contribuições disponibilizados pelas empresas, em todas foi possível aplicar o questionário proposto na metodologia aos responsáveis pelas atividades diretamente ligadas ao EFD-Contribuições nas referidas organizações.

4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ARQUIVOS EFD-CONTRIBUIÇÕES

O presente estudo procurou avaliar quantitativamente os registros apresentados no EFD-Contribuições, procurando apurar a qualidade das informações transmitidas à Receita Federal do Brasil (RFB), a luz da legislação tributária vigente no momento da avaliação.

As verificações efetuadas procuraram analisar os arquivos através de três verificações, todas utilizando o NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) como elo de ligação entre o registro da venda constante no EFD-Contribuições e as tabelas disponibilizadas pela RFB, as quais são utilizadas para a apuração das receitas tributáveis ou não pelo PIS/COFINS.

A primeira verificação (**Verificação 1**) foi elaborada para avaliar a relação entre o CST (código de situação tributária) do PIS/COFINS utilizado nas vendas de

mercadorias realizadas, com a base de dados do sistema avaliador. Este processo tem por finalidade verificar se um item foi classificado com o CST correto tendo por base as tabelas disponibilizadas pela RFB. Exemplificando: caso um item tenha sido vendido sem a incidência do tributo e o respectivo NCM do item tenha relação com as tabelas disponibilizadas pela RFB o PIAA irá verificar se o CST utilizado no momento da venda é o correto.

Já a segunda verificação (**Verificação 2**) foi elaborada com o objetivo de avaliar os itens que foram vendidos tributados com CST diferente de: "01 - Receita tributável a alíquota básica", ou seja, vendidos sem incidência da PIS/COFINS, e que o NCM especificado para o item não consta nas tabelas disponibilizada pela RFB, para ilustrarmos podemos citar determinado item que tenha sido vendido como: "06 – Operação tributável a alíquota zero", este não teve incidência de tributo, entretanto o NCM deste item não está na listagem disponibilizada pela RFB para este tipo de operação, assim, há inconsistência.

Desta forma, esta segunda verificação tem por finalidade o levantamento de possíveis erros cadastrais, seja de NCM ou de CST, que geram sonegação fiscal.

Dada a importância do NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) para a análise das informações transmitidas no arquivo, elaborou-se também uma verificação (**Verificação NCM**) para a análise da consistência dos códigos utilizados nos cadastros dos itens com a tabela de códigos NCM disponibilizada pela RFB.

Para todas as verificações os registros avaliados foram dos itens vendidos através dos ECF's (Emissores de Cupons Fiscais) durante o período de apuração da EFD-Contribuições disponibilizada para avaliação.

Cabe ressaltar que na avaliação percentual foi utilizado o valor total dos itens inconsistentes em relação ao valor total dos itens vendidos, pois no *layout* definido pela RFB para o EFD-Contribuições não consta a informação da quantidade dos itens vendidos através dos ECF's, impossibilitando assim a avaliação das quantidades.

Feitas as verificações por meio da execução do PIAA (Programa Importador e Avaliador de Arquivo) elaborado para este fim, seguem os resultados e posterior análise e avaliação dos mesmos.

No quadro a seguir são destacadas as informações relativas à Verificação 1, que relacionam a correta definição do CST das operações de saída.

VERIFICAÇÃO 1						
Empresa	Número total de itens distintos verificados	Número total de itens distintos com inconsistência	Percentual de Itens com inconsistência	Valor Total dos Itens Vendidos (R\$)	Valor total dos itens com inconsistência (R\$)	Percentual do total de itens com inconsistência X total vendido
A	5311	107	2,01%	613.698,80	17.682,11	2,81%
B	5514	535	9,70%	451.686,83	20.584,42	4,56%
C	6131	913	14,89%	446.356,91	116.784,26	26,16%
D	5867	229	3,90%	484.600,89	7.884,07	1,63%
Média	5.706	446	7,63%	499.085,86	40.733,72	8,79%

Quadro 6: Resultados da Verificação 1

No Quadro 6 nota-se que a Empresa A tem 107 itens inconsistentes em relação ao CST utilizado para a operação, verificou-se através do registro analítico dos itens com inconsistências que grande parte destas trata-se de distorções (erros) entre os itens de classificação “06 – Operação tributável a alíquota zero” que no EFD-Contribuições foram informados como “04 – Operação tributável monofásica – Revenda a alíquota zero”. Essa divergência detectada não implica diretamente na apuração do valor devido do imposto. Porém, em outra situação, nessa mesma empresa um produto que deve ser tratado como “06 – Operação tributável a alíquota zero” e está sendo tratado como “01 – Operação tributável a alíquota básica” situação esta que gera prejuízo na apuração do imposto devido, recolhendo mais impostos do que o realmente devido.

Já na Empresa B o número absoluto de inconsistências foi consideravelmente maior em relação a empresa A, porém o percentual de inconsistências não aumentou na mesma proporção, indicando que os itens com inconsistência cadastral nessa verificação não produziram na empresa B uma receita tão significativa em relação ao todo quanto os itens inconsistentes da empresa A. Assim sendo, a empresa B apresentou 4 vezes mais itens inconsistentes nessa verificação que a empresa A, porém são itens que não geram sequer o dobro da receita.

Ainda na empresa B, assim como na Empresa A existe a situação da distorção entre os itens de classificação “06 – Operação tributável a alíquota zero” sendo informados como “04 – Operação tributável monofásica – Revenda a alíquota zero”, porém nessa empresa as inconsistências em relação aos itens que deveriam ser tratados como “06 – Operação tributável a alíquota zero” e estão sendo tratados como “01 – Operação tributável a alíquota básica” é bem maior, o que ocasionaria a

apuração de um valor indevido a título de PIS/COFINS ainda maior que o encontrado na Empresa A.

Na análise da empresa seguinte, a Empresa C, observa-se que esta demonstrou uma grande quantidade de itens com inconsistência quanto ao CST utilizado. O ponto que mais chama a atenção é a grande quantidade de itens que estão sendo tratados como “01 – Operação tributável a alíquota básica”, enquanto deveriam ter sido tratados como “06 – Operação tributável a alíquota zero” ou “04 – Operação tributável monofásica – Revenda a alíquota zero”. Esta inconsistência possivelmente vem gerando prejuízo significativo na apuração do valor devido de PIS/COFINS, pois a empresa estaria pagando o tributo sobre itens que não deveria.

O último elemento da amostra analisado na Verificação 1 foi a Empresa D, em que nota-se que apesar do número de itens inconsistentes distintos ser o maior em quantidade, a representatividade percentual desses itens em relação ao total vendido é a menor entre todas as empresas, isso se deve ao baixo valor de receita gerado pelos itens. Analisando-se os dados gerados pela verificação observa-se que em grande parte as inconsistências se dão, ao contrário da Empresa A, em função da distorção entre os itens de classificação “04 – Operação tributável monofásica – Revenda a alíquota zero” sendo informados como: “06 – Operação tributável a alíquota zero”.

A segunda etapa da análise quantitativa dos arquivos é a Verificação 2, exposta no Quadro 7, que mostra informações relevantes quanto aos itens que não foram tributados nas operações de saída, porém seus NCM's indicam serem itens tributados, por não constarem na lista de operações não incidentes de PIS/COFINS da RFB.

VERIFICAÇÃO 2						
Empresa	Número total de itens distintos verificados	Número total de itens distintos com inconsistência	Percentual de Itens com inconsistência	Valor Total dos Itens Vendidos (R\$)	Valor total dos itens com inconsistência (R\$)	Percentual total de itens com inconsistência versus total vendido
A	5311	1430	26,93%	613.698,80	266.483,57	43,42%
B	5514	185	3,36%	451.686,83	23.734,13	5,25%
C	6131	315	5,14%	446.356,91	31.900,01	7,15%
D	5867	211	3,60%	484.600,89	13.310,73	2,75%
Média	5706	535	9,76%	499.085,86	83.857,11	14,64%

Quadro 7: Resultados da Verificação 2

Analisando o Quadro 7 pode-se verificar o alto grau de inconsistência da Empresa A, que quando avaliados os registros analíticos dos seus itens, conclui-se o uso de um “NCM Padrão”, o NCM 19041000, que provavelmente foi utilizado, ou para possibilitar a geração da NF-e, ou por falta de conhecimento técnico do responsável pelo cadastro de produtos da empresa.

A fim de detalhar a análise na Empresa A, foi realizada uma segunda verificação excluindo o “NCM Padrão”, o que culminou com um percentual de inconsistência de 6,59%. Esta grande baixa de percentual ocorreu devido ao grande número de itens que adotaram o referido NCM. Contudo, considerando que o objetivo do estudo é procurar e diagnosticar a qualidade dos registros, para a análise serão mantidos os referidos registros com o “NCM Padrão”.

Na Empresa B podemos notar a baixa inconsistência nos itens em relação a Empresa A. Porém, a Empresa B também utiliza o “NCM Padrão”, nesse caso o NCM 11111111. Com a retirada do “NCM Padrão” da Empresa B, similarmente ao procedimento realizado na Empresa A, chega-se ao percentual de inconsistência de 4,96% e uma redução de 19 itens, redução essa inferior a encontrada na Empresa A após a exclusão do “NCM Padrão”.

Analisando-se os dados obtidos através da Verificação 2 na Empresa C, podemos notar que assim como na Empresa B o percentual de inconsistência dos itens em relação ao total é muito menor que na Empresa A, porém, superior a empresa B.

Ainda na Empresa C verifica-se também a utilização de “NCM Padrão”, porém não apenas um, mas pelo menos 4. Nesse caso retirando-se 4 desses “NCM's Padrão” que sejam: 11111111, 15555555, 21111111 e 11155555, obteve-se um percentual de inconsistência de 6,73% e uma diminuição de 23 itens.

A análise da Verificação 2 também foi aplicada aos dados da Empresa D, que trouxe a menor quantidade de itens inconsistentes, bem como o menor índice de inconsistência das empresas avaliadas, pode-se verificar também a inexistência do uso de “NCM Padrão” em seus cadastros, exceto um item que faz uso do NCM: 10000000.

Diante do exposto consideramos que as análises supra citadas foram construídas com base no NCM adotado nos cadastros dos itens vendidos, surge a preocupação da consistência do próprio código NCM adotado pela empresa ao cadastrar seus itens.

De forma a complementar a avaliação, aplicou-se uma verificação com a finalidade de levantar as possíveis inconsistências quanto a esse código. Nessa verificação quantificou-se os itens que foram cadastrados com NCM's inexistentes em tabela disponibilizada pela RFB.

Aplicada a Verificação NCM através do PIAA nos arquivos obtidos das empresas, chegou-se aos resultados demonstrados no Quadro 8 e sua posterior análise.

VERIFICAÇÃO NCM						
Empresa	Número total de itens distintos verificados	Número total de itens distintos com inconsistência	Percentual de Itens com inconsistência	Valor Total dos Itens Vendidos (R\$)	Valor total dos itens com inconsistência (R\$)	Percentual total de itens com inconsistência X total vendido
A	5311	378	7,12%	613.698,80	76.606,82	12,48%
B	5514	459	8,32%	451.686,83	54.848,58	12,14%
C	6131	625	10,19%	446.356,91	50.479,35	11,31%
D	5867	191	3,26%	484.600,89	24.512,57	5,06%
Média	5706	413	7,22%	499.085,86	51.611,83	10,25%

Quadro 8: Resultados da Verificação NCM

Analisando-se os dados obtidos pela Verificação NCM aplicada na empresa A, podemos notar uma quantidade significativa de itens com inconsistência quanto aos NCM's utilizados. Do total de itens distintos vendidos, que foram 5311, uma proporção de 7,12% estão cadastrados com NCM's que não tem relação com a tabela disponibilizado pela RFB.

Deve-se ressaltar entretanto que a análise dessa verificação é prejudicada pelo uso do "NCM Padrão" 19041000 nos cadastros da Empresa A.

Dessa forma, considerando-se que todos os itens que utilizam o "NCM Padrão", que são 3225 itens, estão com NCM's errados, pode-se afirmar que a Empresa A apresenta um total de inconsistência de 3608 itens, ou seja 63,97% do total.

Tomando-se para análise os dados obtidos na Empresa B nota-se um número maior de inconsistências em relação a Empresa A, porém um percentual bastante aproximado. Assim como na Empresa A, a Empresa B apresenta o uso de "NCM Padrão", neste caso o 11111111, porém esse é um NCM que não possui relação

com a tabela da RFB, então os itens que o utilizam, que são 189, já estão incluídos na análise.

Dando sequência à análise, na Empresa C, pode-se verificar a maior quantidade de itens inconsistentes quanto ao NCM, entretanto não o maior percentual, salienta-se que assim como na Empresa B o uso do “NCM Padrão” não traz interferência nessa análise por todos eles serem NCM's inválidos, ou seja, não constarem na tabela da RFB.

Por fim, analisando-se os resultados da Empresa D, a mesma chegou aos melhores resultados entre as empresas analisadas, ou seja o menor índice de inconsistência, assim como ocorreu nas demais verificações, evidenciado-se assim uma maior qualidade cadastral da referida empresa.

Por tratarem-se de verificações inter-relacionadas porém distintas, pode-se quantificar os erros obtidos por cada empresa, somando as quantidades de inconsistências encontradas em cada uma das verificações, conforme demonstrado pelo Quadro 9.

Empresa	Total de itens distintos analisados	Inconsistências encontradas na Verificação 1	Inconsistências encontradas na Verificação 2	Inconsistências encontradas na Verificação NCM	Total de inconsistências encontradas	Percentual de Inconsistências encontradas
A	5311	107	1430	378	1915	36,06%
B	5514	535	185	459	1179	21,38%
C	6131	913	315	625	1853	30,22%
D	5867	229	211	191	631	10,75%
Média	5706	446	535	413	1395	24,60%

Quadro 9: Total de inconsistências encontradas

Verificando-se o Quadro 9, onde são apresentados os resultados de todas as verificações elaboradas, podemos chegar a conclusão que as empresas apresentam um alto número de inconsistências em todas as verificações, chegando-se inclusive, no caso da empresa A, a um percentual total de inconsistências de 36,06%, quase 75% delas na Verificação 2, que trata de erros cadastrais que podem implicar em sonegação fiscal ou valor indevido a recolher de PIS/COFINS por erro cadastral.

Deve-se também observar o grande número de inconsistências quanto ao NCM utilizado pelos itens em todas as empresas, destacando-se nesse caso ,

negativamente, a Empresa C, que chegou a um número absoluto de 625 inconsistências e um percentual de 10,36% em relação ao total de itens distintos analisados e positivamente a Empresa D que teve um percentual de inconsistências de apenas 3,25%.

Analisando-se a quantidade de inconsistências encontradas na Verificação 1, pode-se notar o elevado percentual encontrado na avaliação do arquivo disponibilizado pela Empresa C, que chegou a 14,89% do total de itens analisados.

Algo que se faz necessário salientar ao analisar os dados apresentados é que as análises foram feitas com base no NCM dos produtos, assim sendo os resultados apresentados nas Verificações 1 e 2, podem sofrer o reflexo dos resultados encontrados na Verificação NCM.

Com os resultados obtidos pelas verificações individuais, observa-se que a empresa D é a que apresenta o menor percentual de inconsistências nos arquivos apresentados, seguida então pela empresa B, C e A.

Os resultados obtidos demonstraram em todos os casos analisados inconsistências, sejam em maior ou menor grau. As análises elaboradas tiveram o objetivo de avaliar a qualidade da informação transmitida para o SPED através do EFD-Contribuições atingindo esse objetivo conforme demonstrado no Quadro 9.

4.3 ANALISE QUANTITATIVA DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS

Procurando-se o levantamento do perfil dos profissionais responsáveis pelo cadastramento de itens, lançamentos dos documentos fiscais e geração do arquivo EFD-Contribuições nas empresas pesquisadas, aplicou-se questionário buscando a determinação deste.

As empresas pesquisadas apresentaram um ou dois responsáveis pelos referidos procedimentos, sendo estes os respondentes do questionário, conforme o quadro 10.

EMPRESA	Nº DE RESPONDENTES
Empresa A	2
Empresa B	1
Empresa C	2
Empresa D	1

Quadro 10: Número de respondentes por empresa

O referido questionário foi seccionado conforme demonstrado nos Quadros 2, 3, 4 e 5, para uma melhor abordagem junto ao respondente e obtenção das informações necessárias. Assim, para um melhor desenvolvimento do trabalho, a análise dos dados será feita ao final da tabulação das respostas relativas a cada grupo do questionário.

4.3.1 Características do Respondente

As assertivas Q1, Q2, Q3, Q4, Q5, Q6, Q8 E Q8 tem por finalidade o levantamento das características do respondente do questionário e para tais foram levantadas as respostas conforme quadros posteriores.

Q1 – Idade								
Empresa	Nº Resp.	Até 19 anos	20 a 25 anos	26 a 30 anos	31 a 35 anos	36 a 40 anos	41 a 45 anos	Acima de 45 anos
A	2		1	1				
B	1			1				
C	2	1	1					
D	1			1				

Quadro 11: Tabulação das Respostas – Características do Respondente – Q1

Pode-se verificar que quanto a Idade a grande maioria dos respondentes encontram-se na faixa de idade entre os 20 e 30 anos.

Q2 – Tempo de experiência profissional						
Empresa	Nº Resp.	Até 05 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	Acima de 20 anos
A	2		1		1	
B	1			1		
C	2	1	1			
D	1			1		

Quadro 12: Tabulação das Respostas – Características do Respondente – Q2

Algo que se destaca nas empresas analisadas é a experiência profissional dos envolvidos no processo do EFD-Contribuições, que na grande maioria se encontra entre 6 e 15 anos.

Q3 – Tempo de trabalho na empresa atual						
Empresa	Nº Resp.	Até 01 ano	02 a 04 anos	05 a 07 anos	08 a 10 anos	Acima de 10 anos
A	2				2	
B	1				1	
C	2		1		1	
D	1					1

Quadro 13: Tabulação das Respostas – Características do Respondente – Q3

Analisando-se a assertiva quanto ao tempo que trabalha na empresa atual podemos concluir não apenas que esse tempo é longo, mas que a maior parte da experiência profissional dos respondentes se deu na mesma empresa.

Q4 – Grau de instrução							
Empresa	Nº Resp.	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo
A	2					2	
B	1				1		
C	2					2	
D	1				1		

Quadro 14: Tabulação das Respostas – Características do Respondente – Q4

Quanto ao grau de instrução chegou-se a conclusão de que os respondentes possuem em sua maioria ensino superior incompleto e no mínimo o ensino médio completo.

Q5 – No caso de ensino superior completo ou incompleto, qual a área						
Empresa	Nº Resp.	Administração	Contabilidade	Engenharia	Economia	Outros
A	2		2			
C	2	1	1			

Quadro 15: Tabulação das Respostas – Características do Respondente – Q5

Nota-se que a área de interesse dos universitários respondentes está em sua grande maioria na área de contabilidade, havendo também um que cursa administração.

Q6 – No caso de ensino superior completo, possui alguma especialização	
Não houveram respostas para esta questão	

Quadro 16: Tabulação das Respostas – Características do Respondente – Q6

Por não haverem respondentes com ensino superior completo, não houveram respostas para a questão relativa a especialização de ensino.

Q8 – Qual o grau de intensidade de seus conhecimentos quanto aos tributos PIS/COFINS						
Empresa	Nº Resp.	Pouquíssimo	Pouco	Nem pouco nem muito	Muito	Muitíssimo
A	2		1	1		
B	1			1		
C	2	1		1		
D	1			1		

Quadro 17: Tabulação das Respostas – Características do Respondente – Q8

Na assertiva Q8, procurou-se levantar o grau de intensidade dos conhecimentos quanto ao PIS/COFINS, chegando-se a conclusão de que a grande maioria considera seu conhecimento como “nem pouco nem muito” o que os colocaria em um nível 3 de uma escala de 5.

Q9 – Qual o grau de intensidade de seus conhecimentos quanto ao EFD-Contribuições						
Empresa	Nº Resp.	Pouquíssimo	Pouco	Nem pouco nem muito	Muito	Muitíssimo
A	2		1	1		
B	1		1			
C	2			2		
D	1		1			

Quadro 18: Tabulação das Respostas – Características do Respondente – Q9

Entretanto quanto tratou-se a intensidade dos conhecimentos quanto ao EFD-Contribuições na assertiva Q8, as respostas se dividiram entre: “Pouco” e “Nem pouco nem muito” demonstrando certo desconforto ao tratarem do tema.

4.3.2 Características da empresa em que atua

Buscando-se levantar as características da empresa em que os respondentes atuam foram elaboradas as assertivas Q7, Q13 e Q14 analisadas conforme os quadros que seguem.

Q7 – Número de funcionários na empresa em que trabalha						
Empresa	Nº Resp.	Até 09 funcionários	De 10 a 19 funcionários	De 20 a 49 funcionários	De 50 a 99 funcionários	Mais de 100 funcionários
A	2			2		
B	1			1		
C	2			2		
D	1			1		

Quadro 19: Tabulação das Respostas – Características da empresa em que atua – Q7

Ao abordar-se a questão do numero de funcionários, obtivemos em todos os casos a mesma faixa, ou seja “de 20 a 49 funcionários”, demonstrando assim que todas as empresas analisadas encontram-se dentro da mesma definição, que de acordo com o SEBRAE(2013) é o de pequena empresa.

Q13 – Qual o grau de intensidade quanto ao sentimento de sobrecarga de trabalho na área em que atua					
Empresa	Nº Resp.	Pouquíssimo	Pouco	Nem pouco nem muito	Muito
A	2		1	1	
B	1				1
C	2		2		
D	1				1

Quadro 20: Tabulação das Respostas – Características da empresa em que atua – Q13

Quanto ao grau de sobrecarga de trabalho na área que atua pode-se notar que nas empresas em que houve apenas um respondente o sentimento de sobrecarga foi de “muito” enquanto naquelas que houveram dois respondentes o

sentimento foi de “pouco” ou “nem pouco nem muito” o que demonstra que nessas empresas possivelmente seja suficiente o número de duas pessoas na área analisada.

Q14 – Quais são as atividades desenvolvidas por você na empresa em que trabalha							
Empresa	Nº Resp.	Recepção de mercadorias	Cadastro de Produtos	Lançamento de documentos fiscais	Conferência de lançamento de documentos fiscais	Conferência de informações cadastrais quanto a tributos	Outros
A	2		2	2	1	1	2
B	1		1	1			1
C	2		1	2	1		1
D	1		1	1			1

Quadro 21: Tabulação das Respostas – Características da empresa em que atua – Q14

Verificando-se a última questão relativa às características da empresa em que atua, que trata especificadamente das atividades desenvolvidas pelos respondentes, nota-se que tais atividades voltam-se principalmente para: “cadastro de produtos”, “Lançamento de documentos fiscais” e ainda “outras”. O que chama a atenção nessas respostas é o fato de haverem apenas duas respostas para a atividade “Conferência de lançamentos de documentos fiscais” e apenas uma resposta para “Conferência de informações cadastrais quanto a tributos”.

Continuando a análise das respostas, para a questão “Quais as atividades que são exercidas por você na empresa em que trabalha” pode-se verificar que nas empresas que contam com apenas um funcionário que atendeu os critérios de seleção, que ele também agrega a função de gerente de compras, ou seja, além de efetuar a compra também fazem o lançamento do documento fiscal, situação essa que é segundo Attie(2011), tratada pela auditoria como uma falha nos processos internos, por desconsiderar a segregação de funções.

4.3.3 Assessoria Tributária

Durante o desenvolvimento do trabalho verificou-se a necessidade de se levantar informações pertinentes a assessoria tributária que a empresa dispõe. Assim, elaborou-se a questão Q15 para o levantamento dessa característica.

Q15 – Caso efetue o cadastro de produtos ou geração/validação do EFD-Contribuições você possui assessoria para o exercício dessas funções						
Empresa	Nº Resp.	Não	Sim, da contabilidade da Empresa	Sim, de uma empresa especializada	Sim, da empresa responsável pelo software da empresa	Sim, de um autônomo
A	2	1	1			
B	1				1	
C	2	1				
D	1		1			

Quadro 22: Tabulação das Repostas – Assessoria Tributária – Q15

Nota-se na questão relativa à “Assessoria Tributária”, que mesmo com as constantes mudanças nos tributos, bem como as elevadas multas aplicadas pelo fisco sobre a ausência ou erro nas informações prestadas, as empresas ainda deixam a cargo da contabilidade ou da empresa de software a sua assessoria tributária, não investindo seus recursos para tal finalidade.

Verifica-se dessa forma que as empresas desconsideram aquilo aconselhado por Chieregato *et al.* (2013), que afirma que a parte tributária da empresa deve ser segregada da contabilidade, são funções distintas e devem ser tratadas por profissionais distintos.

4.3.4 Relação do respondente com o software utilizado pela empresa

Por fim, levando-se em conta que o software utilizado pela empresa também participa do processo de estruturação, geração e validação do EFD-Contribuições, fez-se necessário o levantamento da relação entre o software utilizado pela empresa e o respondente, desenvolvendo-se para tal as assertivas Q10, Q11 e Q12.

Q10 – Qual o nome/marca do aplicativo utilizado pela sua empresa					
Empresa	Nº Resp.	RP®	CISS®	CONSOLE®	OUTRO
A	2	2			
B	1			1	
C	2		2		
D	1	1			

Quadro 23: Tabulação das Repostas – Relação do respondente com o software utilizado pela empresa – Q10

Buscando-se o levantamento do software utilizado pela empresa concluiu-se que a maioria das empresas utiliza software desenvolvido pela RP® ou pela CISS®.

Q11 – Qual o grau de intensidade quanto a dificuldade de utilização do aplicativo utilizado pela empresa						
Empresa	Nº Resp.	Pouquíssimo	Pouco	Nem pouco nem muito	Muito	Muitíssimo
A	2	1	1			
B	1			1		
C	2	2				
D	1			1		

Quadro 24: Tabulação das Respostas – Relação do respondente com o software utilizado pela empresa – Q11

Quanto ao grau de dificuldade na utilização do software da empresa pelos respondentes, pode-se verificar que as respostas foram dadas entre “Pouquíssimo” e “Nem pouco nem muito”, concluindo-se então, que consideram que não é difícil a utilização do software.

Q12 – Qual o grau de intensidade em que você teve treinamento em seu sistema para as tarefas exigidas na área em que atua						
Empresa	Nº Resp.	Pouquíssimo	Pouco	Nem pouco nem muito	Muito	Muitíssimo
A	2	2				
B	1		1			
C	2	2				
D	1		1			

Quadro 25: Tabulação das Respostas – Relação do respondente com o software utilizado pela empresa – Q12

Em relação a assertiva Q12 que trata da intensidade de treinamento tido pelos respondentes verifica-se o alarmante fato de que os respondentes marcaram a opção “pouquíssimo”, na maioria, ou “pouco”, em dois casos, para o grau de intensidade em que tiveram treinamento no aplicativo utilizado pela empresa, ou seja, apesar de acharem o software de fácil manuseio tiveram pouco treinamento mesmo exercendo suas atividades há um grande espaço de tempo.

Levantadas as características dos respondentes, da empresa em que atua, a relação do respondente com o software que utiliza e a assessoria tributária da empresa, elaborou-se o Quadro 26, contendo as questões mais relevantes para o levantamento de uma possível relação entre as inconsistências encontradas e as possíveis características que levaram a estas.

	A	B	C	D
Total de itens distintos analisados	5311	5514	6131	5867
Percentual de inconsistências encontradas	36,06%	21,38%	30,22%	10,75%
A empresa possui assessoria tributária?	Não	Sim, da empresa responsável pelo software da empresa	Não	Sim, da contabilidade da empresa
Qual o grau de intensidade de seus conhecimentos quanto aos tributos PIS/COFINS?	(a) Pouco, (b) Nem pouco nem muito*	Nem pouco nem muito	(a) Pouquíssimo, (b) Nem pouco nem muito*	Nem pouco nem muito
Qual o grau de intensidade de seus conhecimentos quanto ao EFD-Contribuições?	(a) Pouco, (b) Nem pouco nem muito*	Pouco	(a) e (b) Nem pouco nem muito*	Pouco
Qual o grau de intensidade em que teve treinamento em seu sistema?	(a) e (b) Pouquíssimo*	Pouco	(a) e (b) Pouquíssimo*	Pouco

*As respostas foram dadas por dois respondentes, classificados como (a) e (b).

Quadro 26 - Relação entre inconsistências e características analisadas

Analisando-se o Quadro 26, que tem por finalidade levantar uma relação entre as inconsistências e as características dos respondentes, tomando-se a questão relativa a assessoria tributária, pode-se avaliar que as empresas que possuem o maior número de inconsistências não contam com uma assessoria tributária, também que naquela empresa onde a assessoria tributária é prestada pela contabilidade da empresa o percentual de inconsistências é o menor.

Pode-se verificar também que apesar das atividades exigirem um valor maior, o grau de intensidade dos conhecimentos relativos aos tributos PIS/COFINS e da EFD-Contribuições variam entre “Pouquíssimo” e “Nem pouco nem muito”.

Ainda em relação ao quadro anterior pode-se construir uma relação entre as inconsistências e o baixo grau de intensidade no treinamento do software utilizado pela empresa.

Assim, como base nessas relações, pode-se levantar que as características dos responsáveis pelas operações relativas ao EFD-Contribuições, bem como da

assessoria tributária e da relação entre o respondente e o software utilizado pela empresa podem contribuir significativamente na qualidade das informações transmitidas ao SPED através do EFD-Contribuições.

Os aspectos mais relevantes para uma melhoria na qualidade do EFD-Contribuições, quanto as características da empresa, levantadas por esse estudo são a necessidade de Assessoria Tributária, um elevado grau de conhecimentos relativos aos tributos PIS/COFINS e sobre a EFD-Contribuições, bem como um adequado programa de treinamento no software utilizado pela empresa.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo a análise do processo de geração e das informações enviadas para o fisco por meio do EFD Contribuições, por empresas varejistas do Sudoeste do Paraná tributadas pelo lucro real.

O SPED é assunto recorrente em diversos trabalhos nos últimos anos dada a sua relevância, seja como ferramenta de controle do fisco, a exemplo do SPED Fiscal e do EFD-Contribuições, seja na melhoria dos processos operacionais voltados à área fisco/contábil como a NF-e, CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico) e ECD (Escrituração Contábil Digital). Tal assunto também possui relevância em trabalhos que tratam das dificuldades encontradas pelas empresas para a adequação às exigências geradas por tal sistema.

O EFD-Contribuições, trata-se do demonstrativo da apuração dos valores creditados e devidos a título de PIS/COFINS e da contribuição devida sobre a receita bruta, conforme o caso. A geração de tal demonstrativo constitui alto grau de complexidade quando não observados determinados passos ou práticas necessárias para uma correta estruturação, geração e validação de tal obrigação.

Procurou-se através deste obter-se informações quanto a tributação do PIS/COFINS na legislação aplicável ao momento da coleta dos dados através de pesquisa bibliográfica.

Também desenvolveu-se aplicativo como ferramenta de suporte para a avaliação da consistência cadastral de produtos quanto ao PIS/COFINS, utilizando-se de ferramenta RAD para desenvolvimento da mesma, tal ferramenta teve por objetivo a análise de arquivos para a quantificação dos possíveis erros detectados.

Ainda no presente trabalho foi desenvolvido um questionário e aplicado aos responsáveis pelas rotinas voltadas a estruturação, geração e validação do EFD-Contribuições nas empresas analisadas.

Durante o desenvolvimento referido trabalho, duas grandes dificuldades, estabeleceram-se e acabaram por trazer certa limitação ao desenvolvimento do mesmo.

Primeiramente trata-se da desconfiança dos empresários quanto a repassar o arquivo EFD-Contribuições, por considerarem este um arquivo que possui questões sigilosas quanto as operação da empresa, situação essa de difícil abordagem e que

trouxe como consequência uma amostra limitada a 4 empresas para o desenvolvimento do trabalho.

Ainda encontrou-se no desenvolvimento deste, a dificuldade quanto ao tratamento das tabelas disponibilizadas pela RFB no portal do SPED. Como o aplicativo desenvolvido para a análise dos arquivos necessitava de uma associação entre as situações tributárias e o produto, a forma encontrada para tal foi através do NCM.

Por vezes as tabelas disponibilizadas pela RFB não detalhavam todos os NCM's que integram determinada situação fiscal, mesmo por que a legislação pertinente não estabelecia exatamente os NCM's ou o fazia de forma superficial. Assim sendo, necessitou-se de maior pesquisa e trabalho "manual" para uma correta apuração dos erros.

Dada as análises quantitativas, tanto dos arquivos EFD-Contribuições para o levantamento dos erros encontrados, quanto das respostas aos questionamentos elaborados para uma possível associação entre as características da empresa e os erros encontrados no EFD-Contribuições nos capítulos pertinentes pode-se notar falhas das empresas analisadas em sua estrutura para uma adequada rotina de estruturação, verificação e geração do EFD-Contribuições.

De acordo com Baldissera e Stedile (2012), alguns dos passos necessários para a internalização da estruturação, geração e validação da EFD-Contribuições nas empresas, são, a conscientização dos funcionários quanto ao EFD-Contribuições, o treinamento dos funcionários e a parametrização dos aplicativos utilizados pela empresa para geração dos arquivos EFD-Contribuições.

Dessa maneira de acordo com Baldissera e Stedile (2012) levanta-se então um dos problemas encontrados nas empresas analisadas, que trazem reflexos para o EFD-Contribuições, é o baixo nível de treinamento dado aos respondentes no software utilizado pela empresa, informação esta levantada pela assertiva Q12 - "Qual o grau de intensidade em que você teve treinamento em seu sistema para as tarefas exigidas na área em que atua".

Pode-se ainda considerar como problema, de acordo com Baldissera e Stedile (2012), o resultado da análise da questão Q9 - "Qual o grau de intensidade de seus conhecimentos quanto ao EFD-Contribuições", onde demonstrou-se um nível abaixo do esperado para tais funções.

E ainda a análise da questão Q8 – “Qual o grau de intensidade de seus conhecimentos quanto aos tributos PIS/COFINS”, que obteve em sua maioria a resposta “nem pouco nem muito”. O conhecimento quanto aos tributos PIS/COFINS se faz necessário para uma correta parametrização do sistema quanto aos tributos.

As situações acima descritas demonstram o não cumprimento em todo ou em partes, de acordo com a empresa, dos passos necessários para a internalização da estruturação, geração e validação da EFD-Contribuições nas empresas, citados por Baldisera e Stedile(2012).

Em situação análoga a encontrada nesse estudo na análise das respostas obtidas para a questão Q15 – “Caso efetue o cadastro de produtos ou geração/validação do EFD-Contribuições você possui assessoria para o exercício dessas funções”, pode-se citar Farias(2012) que levantou que 100% dos gestores analisados em seu estudo recorrem ao contador quando as dúvidas se dão em relação ao SPED.

A situação exposta anteriormente pelo presente estudo e por Farias(2012) demonstra que as empresas por vezes não possuem uma adequada assessoria tributária para respaldar suas atividades.

Deve-se considerar que a referida situação exige que as empresas compreendam que, conforme afirma Chierigato *et al.*(2013), as atividades exercidas pelos contadores, para o fechamento das demonstrações contábeis e cumprimento das exigências do fisco e a assessoria tributária são coisas distintas e assim devem ser tratadas, devendo ser levado em conta inclusive, os custos que serão despendidos para tal.

Para atender tal necessidade as empresas devem contratar junto a seus contadores, ou mesmo através de empresas especializadas, trabalhos específicos na área de Gestão Tributária e Estruturação, Geração e Validação do EFD-Contribuições.

Para Attie(2011) é impossível conceber que uma empresa não disponha de métodos para assegurarem a confiabilidade das informações utilizadas pelos gestores para a tomada de decisão, dito isto, acrescenta que se faz necessário a implementação de controles internos para que os dados gerados através do fluxo de operações da empresa se tornem informações úteis.

Notou-se no presente trabalho, através das respostas obtidas para a questão Q14 “Quais são as atividades desenvolvidas por você na empresa em que trabalha”

,que as empresas analisadas possivelmente não tenham, em sua maioria, uma política de verificação dos documentos lançados, ou mesmo da conferência da tributação dos itens, ou seja, não dispõem de uma política de controle interno para tais operações.

Ainda de acordo com Attie(2011) um sistema de controle interno que funcione adequadamente, não depende apenas do planejamento da empresa, mas também de pessoal qualificado para exercer suas atividades, afirmativa esta que reitera a preocupação necessária às empresas sobre o treinamento do pessoal.

Esse mesmo autor determina a prática da divisão de funções e responsabilidades, prática essa adotada para assegurar a integridade das autorizações, registros e custódias.

Nas respostas obtidas na questão Q14 pode-se verificar a ausência dessa prática em duas das empresas pesquisadas, onde os responsáveis pelos lançamentos fiscais, também são os responsáveis pela Gerência de Compras, situação esta que pode complicar a conferência de registros e a descoberta de possíveis fraudes.

Verificou-se ainda no presente trabalho, que dada a grande quantidade de itens comercializados pelas empresas pesquisadas, a forma mais adequada para a análise da correta tributação de tais se daria através do uso do código NCM dos itens, porém, pode-se notar que existe dentro das empresas pesquisadas erros cadastrais nesse código, nota-se até mesmo que em determinada empresa, poderia ser considerado um descaso com tal informação obrigatória o uso de “NCM Padrão”. A ausência da correta informação do código NCM acarreta em dificuldade para conferência de tributação.

Levantadas as situações acima, todas com impacto direto sobre os erros encontrados no EFD-Contribuições, pode-se concluir que dentro do escopo da presente pesquisa, os erros encontrados nos referidos arquivos, se dão pelo não cumprimento de passos e práticas a serem adotados para uma eficaz e eficiente estruturação, geração e validação do EFD-Contribuições pelas empresas.

Conclui-se dessa forma que os erros encontrados poderiam ser, com moderada adequação, solucionados através da adoção de passos como os descritos por Baldissera e Stedile(2012), uma adequada Assessoria Tributária, treinamento no aplicativo usado pela empresa aos usuários, um cuidado maior junto ao cadastro de itens, em especial ao código NCM e a elaboração de uma política de

conferência de lançamentos e da situação tributária dos itens adequada as necessidades da empresa.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Luiz Alberto; ALBERTIN, Rosa Maria de Moura. **Aspectos e Contribuição do Uso de Tecnologia de Informação**. São Paulo: Atlas, 2006.

ANTONELLI, Ricardo Adriano; **Percepções dos profissionais de contabilidade paranaenses quanto ao uso da tecnologia da informação nas atividades individuais**. Disponível em: <http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/system/files/documentos/Dissertacoes/D060.pdf>
Acesso em: 15 de Dezembro de 2013.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

AYRES, Rosângela Mesquita, SZUSTER Natan. **PIS/PASEP, COFINS e EFD-contribuições: aplicação da legislação na contabilidade tributária-percepção de especialistas em tributos**. Advances in Scientific and Applied Accounting 5.2 (2012)

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BALDISSERA, Náthali; STEDILE, Diana de Almeida e Silva. **Internalização do efd-contribuições nos clientes de um escritório contábil**, Anais V Seminário De Iniciação Científica Curso de Ciências Contábeis da FSG (2012)

BRITTO, D. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. 2008. Jus Vigilantibus. Disponível em <http://jusvi.com/artigos/35924>. Acesso em junho de 2013

CARNEIRO, Cristianne Maria Barbosa. **O dilema do Estado ante a globalização e a economia informal: sonegação fiscal ou desemprego?**. Prima Facie-Direito, História e Política 1.1 (2002): 99-106.

CAVALLO, Achiles Augustus. **Comentários à legislação da Cofins**. São Paulo: QuartierLatin do Brasil, 2005.

CHIEREGATO, Renato; GOMES, Marliete Bezerra; OLIVEIRA, Luis Martins de; PEREZ JR, Jose Hernandez. **Manual de Contabilidade Tributária**. 12ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas; o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DUARTE, Roberto Dias. In: **Big Brother Fiscal na Era do Conhecimento: como a certificação digital, SPED, e NF-e estão transformando a gestão empresarial no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Idea@work, 2008.

EXAME. Revista. Editora Abril: São Paulo, 2006/2007

FARIAS, Claudiana de Melo Silva. **SPED das contribuições: um estudo sobre os percalços enfrentados pelas empresas do setor de supermercados para atenderem as novas exigências das declarações fiscais**. 2012, Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2647>. Acesso em Dezembro/2013

GONÇALVES, Rosa; RICCIO, Edson. **Sistema de informação: ênfase em controladoria e contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Gilmário Macedo; OLIVEIRA, Luis Antônio Menezes de; PORTUGAL, Maria Auxiliadora Nascimento; GOMES, Maurício Costa. **Planejamento de Fiscalização – Fiscalização Vertical em Estabelecimentos Comerciais**. Disponível em: http://intranet.sefaz.ba.gov.br/gestao/rh/treinamento/monografia_gilmario_luiz_maria_mauricio.pdf. Acesso em: 15 de Dezembro de 2013

LOPES, Jorge; RIBEIRO FILHO, José F.; PEDERNEIRAS, Marcleide; MULATINHO, Caio; MORANT, Dimmitre; DANTAS, Felipe; RIBEIRO, Izabel. **Didática e Pesquisa Aplicadas ao Ensino da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

MAIDA, Fernando. **A Era Digital, a nova responsabilidade civil dos profissionais de Ciências Contábeis e sua interface com o Direito Tributário**. Direito Net (2007).

MARTINS, Vanessa Custódia. **Escrituração fiscal digital: a nova sistemática de escrituração e cálculo das contribuições para o PIS/PASEP E COFINS**. (2012).

MOTA, Irenilce Farias, CIRINO, Elizângela da Silva. **A era do conhecimento e a adoção do SPED – Sistema público de escrituração fiscal como impacto na contabilidade.** Revista Razão Contábil & Finanças 1.1 (2010).

MUCHE, Muriel Ferreira; BISPO Jorge de Souza. **Impacto da relação entre margem de lucro e PIS/COFINS nas decisões de planejamento tributário.** Disponível em <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos82008/226.pdf>, Acesso em: agosto de 2013.

ODA, Carlos Sussumu. **O Sistema Público de Escrituração Digital.** Informação verbal. In: VII Convenção de Contabilidade do DF. Brasília: CRC, (2009a)

OLIVEIRA, Antonio Sérgio. **SPED: No Escritório Contábil – Manual do Contador.** São Paulo: ÔnixJur, 2011.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária.** São Paulo: Saraiva, 2005.

PINTO, José Adriano; DUARTE, Roberto Dias. **Pesquisa EFD-Contribuições.** 2012, Disponível em: <http://www.robertodiasduarte.com.br/sete-em-cada-dez-empresasirao-retificar-a-efd-contribuicoes/> . Acesso em agosto de 2013.

RECEITA FEDERAL, **Guia prático EFD/Contribuições**, versão 1.11, ano 2012

REVENUE DEVELOPMENT FOUNDATION. **References to the importance of government revenue mobilization.** 2011, Disponível em: (página traduzida) <http://www.revenuedevelopment.org/index.php/resources.html>.

SANTOS, Miler Martins dos. **PIS e COFINS não-cumulativo no regime de lucro real no segmento de supermercado.** Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta 3.2, 2013.

SEBRAE, Critérios e Conceitos para classificação de empresas. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial/criterios-e-conceitos-para-classificacao-de-empresas/criterios-e-conceitos-para-classificacao-de-empresas>. Acesso em: Dezembro de 2013.

SPED, **Sítio.** Objetivos. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-projeto/objetivos.htm/>. Acesso em: Julho de 2013.

VALENTIM, Marilena Simões. **Impactos econômicos da guerra fiscal no Brasil.**
Jus Navigandi, Terezina 8.156 (2003)

ANEXOS

Anexo I - Questionário

QUESTIONÁRIO		
CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE		
<p>1 – Idade:</p> <input type="checkbox"/> - até 19 anos <input type="checkbox"/> - 20 a 25 anos <input type="checkbox"/> - 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> - 31 a 35 anos <input type="checkbox"/> - 36 a 40 anos <input type="checkbox"/> - 41 a 45 anos <input type="checkbox"/> - acima de 45 anos	<p>2 – Tempo de experiência profissional:</p> <input type="checkbox"/> - até 05 anos <input type="checkbox"/> - 6 a 10 anos <input type="checkbox"/> - 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> - 16 a 20 anos <input type="checkbox"/> - acima de 20 anos	<p>3 – Tempo de trabalho na empresa atual:</p> <input type="checkbox"/> - até 1 ano <input type="checkbox"/> - 02 a 04 anos <input type="checkbox"/> - 05 a 07 anos <input type="checkbox"/> - 08 a 10 anos <input type="checkbox"/> - acima de 10 anos
<p>4 – Grau de instrução:</p> <input type="checkbox"/> - ensino fundamental incompleto <input type="checkbox"/> - ensino fundamental completo <input type="checkbox"/> - ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> - ensino médio completo <input type="checkbox"/> - ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> - ensino superior completo	<p>5 – No caso de ensino superior completo ou incompleto, qual a área:</p> <input type="checkbox"/> - Administração <input type="checkbox"/> - Contabilidade <input type="checkbox"/> - Engenharia <input type="checkbox"/> - Economia <input type="checkbox"/> - Outros: _____	<p>6 – No caso de superior completo, possui alguma especialização:</p> <input type="checkbox"/> - Não <input type="checkbox"/> - Sim, em gestão de negócios <input type="checkbox"/> - Sim, em controladoria <input type="checkbox"/> - Sim, em contabilidade e finanças <input type="checkbox"/> - Sim, em outra área: _____
<p>7 – Número de funcionários na empresa em que trabalha:</p> <input type="checkbox"/> - até 09 funcionários <input type="checkbox"/> - de 10 a 19 funcionários <input type="checkbox"/> - de 20 a 49 funcionários <input type="checkbox"/> - de 50 a 99 funcionários <input type="checkbox"/> - mais de 100 funcionários	<p>8 – Qual o grau de intensidade de seus conhecimentos quanto aos tributos PIS/COFINS:</p> <input type="checkbox"/> - Pouquíssimo <input type="checkbox"/> - Pouco <input type="checkbox"/> - Nem pouco nem muito <input type="checkbox"/> - Muito <input type="checkbox"/> - Muitíssimo	<p>9 – Qual o grau de intensidade de seus conhecimentos quanto ao EFD-Contribuições:</p> <input type="checkbox"/> - Pouquíssimo <input type="checkbox"/> - Pouco <input type="checkbox"/> - Nem pouco nem muito <input type="checkbox"/> - Muito <input type="checkbox"/> - Muitíssimo
CARACTERIZAÇÃO DO SOFTWARE UTILIZADO PELA EMPRESA		
<p>10 – Qual o nome/marca do aplicativo utilizado pela sua empresa:</p> <input type="checkbox"/> - RP <input type="checkbox"/> - CISS <input type="checkbox"/> - CONSOLE <input type="checkbox"/> - Outro: _____	<p>11 – Qual o grau de intensidade quanto a dificuldade de utilização do aplicativo utilizado pela empresa:</p> <input type="checkbox"/> - Pouquíssimo <input type="checkbox"/> - Pouco <input type="checkbox"/> - Nem pouco nem muito <input type="checkbox"/> - Muito <input type="checkbox"/> - Muitíssimo	<p>12 – Qual o grau de intensidade em que você teve treinamento em seu sistema para as tarefas exigidas na área em que atua:</p> <input type="checkbox"/> - Pouquíssimo <input type="checkbox"/> - Pouco <input type="checkbox"/> - Nem pouco nem muito <input type="checkbox"/> - Muito <input type="checkbox"/> - Muitíssimo
<p>13 – Qual o grau de intensidade quanto ao sentimento de sobrecarga de trabalho na área em que atua:</p> <input type="checkbox"/> - Pouquíssimo <input type="checkbox"/> - Pouco <input type="checkbox"/> - Nem pouco nem muito <input type="checkbox"/> - Muito <input type="checkbox"/> - Muitíssimo	<p>14 – Quais as atividades que são exercidas por você na empresa que trabalha:</p> <input type="checkbox"/> - Recepção de mercadorias <input type="checkbox"/> - Cadastro de produtos <input type="checkbox"/> - Lançamento de documentos fiscais. <input type="checkbox"/> - Conferência de lançamentos de documentos fiscais <input type="checkbox"/> - Conferência de informações cadastrais quanto a tributos <input type="checkbox"/> - Outros: _____	<p>15 – Caso efetue o cadastro de produtos ou geração/validação do EFD-Contribuições você possui assessoria para o exercício dessas funções:</p> <input type="checkbox"/> - Não <input type="checkbox"/> - Sim, da contabilidade da empresa <input type="checkbox"/> - Sim, de uma empresa especializada <input type="checkbox"/> - Sim, da empresa responsável pelo software da empresa <input type="checkbox"/> - Sim, de um autônomo.
<p>Observações (caso ache necessário):</p>		

Anexo 2 - Tabela 4.3.14 - Operações com Isenção da Contribuição Social (CST 07) – Atualizada em 26/02/2013

Código	Descrição do Produto	NCM	Início de Escrituração o Mês/Ano	Término de Escrituração o Mês/Ano
100	MERCADORIAS E SERVIÇOS			
101	Fornecimento de mercadorias ou serviços para uso ou consumo de bordo em embarcações e aeronaves em tráfego internacional, quando o pagamento for efetuado em moeda conversível (exceto querosene de aviação)	-	01/2011	
102	Transporte internacional de cargas ou passageiros	-	01/2011	
103	Receitas auferidas pelos estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997	-	01/2011	
104	Frete de mercadorias transportadas entre o País e o exterior pelas embarcações registradas no REB, de que trata o art. 11 da Lei nº 9.432, de 1997	-	01/2011	
200	ENTIDADES ESPECIAIS (COFINS)			
201	Receitas relativas às atividades próprias dos templos de qualquer culto; partidos políticos; instituições de educação e de assistência social que preencham as condições e requisitos do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, que preencham as condições e requisitos do art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997; sindicatos, federações e confederações; serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei; conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas; fundações de direito privado; condomínios de proprietários de imóveis residenciais ou comerciais; e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as Organizações Estaduais de Cooperativas previstas no art. 105 e seu § 1º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.	-	01/2011	
202	Receitas das entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, que atendam aos requisitos do art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.	-	01/2011	
300	ITAIPU BINACIONAL			
301	Venda de energia elétrica pela Itaipu Binacional	-	01/2011	
400	COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA 2013, COPA DO MUNDO FIFA 2014, JOGOS OLÍMPICOS DE 2016 E JOGOS PARAOLÍMPICOS DE 2016			
401	Importação de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos referidos eventos, promovida pela Fifa, Subsidiária Fifa no Brasil, Confederações Fifa, Associações estrangeiras membros da Fifa, Parceiros Comerciais da Fifa domiciliados no exterior, Emissora Fonte da Fifa e Prestadores de Serviço da Fifa domiciliados no exterior, ou por intermédio de pessoa jurídica por eles contratada para representá-los	-	01/2011	

402	Receita auferida por Subsidiária Fifa no Brasil, decorrente das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos referidos eventos, exceto as receitas decorrentes da venda de ingressos e de pacotes de hospedagem.	-	01/2011	
403	Receita das atividades próprias, auferida pelos Prestadores de Serviços da FIFA, estabelecidos no País sob a forma de sociedade com finalidade específica para o desenvolvimento de atividades diretamente relacionadas à realização dos eventos.	-	01/2011	
404	Importações de bens, mercadorias ou serviços para uso ou consumo exclusivo em atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos Olímpicos de 2016, realizadas pelas entidades referidas no § 2º do art. 4º, da Lei nº 12.780/2013.		01/01/2013	31/12/2017
405	Rendimentos, remessas e operações de câmbio e seguros, decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos olímpicos de 2016, envolvendo o CIO e as empresas a ele vinculadas.		01/01/2013	31/12/2017
406	Receitas e rendimentos auferidos pelas empresas vinculadas ao CIO, e domiciliadas no Brasil, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos Olímpicos de 2016.		01/01/2013	31/12/2017
407	Receitas, lucros e rendimentos auferidos pelo RIO 2016, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização do evento.		01/01/2013	31/12/2017
900	DEMAIS RECEITAS COM ISENÇÃO			
901	Recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista	-	01/2011	
902	Receita da instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, que aderir ao Programa Universidade para Todos (Prouni), no período de vigência do termo de adesão, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos seqüenciais de formação específica	-	01/2011	
903	Receita bruta de venda a varejo dos componentes e equipamentos de rede, terminais e transceptores definidos em regulamento que sejam dedicados aos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL		09/2012	12/2018
999	Código genérico – Operações com Isenção	-	01/2011	

Anexo 2- Tabela 4.3.14 - Operações com Isenção da Contribuição Social (CST 07) - Atualizada em 26/02/2013

Anexo 3 – Tabela 4.3.13 - Produtos Sujeitos à Alíquota Zero da Contribuição Social (CST 06) – Atualizada em 05/11/2013

Código	Descrição do Produto	NCM	Início de Escrituração Mês/Ano	Término de Escrituração Mês/Ano
100	INSUMOS E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS			
101	Adbos ou fertilizantes classificados no Capítulo 31, exceto os produtos de uso veterinário, da TIPI, e suas matérias-primas	-	01/2011	
102	Defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da TIPI e suas matérias-primas	-	01/2011	
103	Sementes e mudas destinadas à sementeira e plantio, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.711/03, e produtos de natureza biológica utilizados em sua produção	-	01/2011	
104	Corretivo de solo de origem mineral classificado no Capítulo 25 da TIPI	-	01/2011	
105	Legumes de vagem, secos, em grão, mesmo pelados ou partidos; arroz; farinhas e sêmolos	0713.33.19, 0713.33.29, 0713.33.99, 1006.20, 1006.30 e 1106.20	01/2011	
106	Inoculantes agrícolas produzidos a partir de bactérias fixadoras de nitrogênio, classificados no código 3002.90.99 da TIPI	-	01/2011	
107	Vacinas para medicina veterinária	3002.30	01/2011	
108	Farinha, grumos e sêmolos, grãos esmagados ou em flocos, de milho, classificados, respectivamente, nos códigos 1102.20, 1103.13 e 1104.19, todos da TIPI	1102.20 1103.13	01/2011	
109	Pintos de 1 (um) dia	0105.11	01/2011	
110	Leite fluido pasteurizado ou industrializado, na forma de ultrapasteurizado, leite em pó, integral, semidesnatado ou desnatado, leite fermentado, bebidas e compostos lácteos e fórmulas infantis, assim definidas conforme previsão legal específica, destinados ao consumo humano ou utilizados na industrialização de produtos que se destinam ao consumo humano	-	01/2011	
111	Queijos tipo mozzarella, minas, prato, queijo de coalho, ricota, requeijão, queijo provolone, queijo parmesão e queijo fresco não maturado.	-	01/2011	
112	Soro de leite fluido a ser empregado na industrialização de produtos destinados ao consumo humano	-	01/2011	
113	Farinha de trigo	1101.00.10	01/2011	31/12/2013
114	Trigo	10.01	01/2011	31/12/2013
115	Pré-misturas próprias para fabricação de pão comum e pão comum	1901.20.00 Ex 01 e 1905.90.90 Ex 01	01/2011	31/12/2013
116	Produtos hortícolas e frutas	Capítulos 7 e 8	01/2011	
117	Ovos	04.07	01/2011	
118	Venda de sementes e embriões	05.11.10.00, 0511.99.10 e 0511.99.20	01/2011	

119	Massas alimentícias classificadas na posição 19.02 da TIPI.	1902.11.00 1902.19.00 1902.20.00 1902.30.00	02/12/2011	31/12/2013
120	Queijo do reino	-	31/05/2012	
121	Carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves e produtos de origem animal classificados nos seguintes códigos da TIPI: a) 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.2, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.10.1; b) 02.03, 0206.30.00, 0206.4, 02.07, 02.09 e 0210.1 e carne de frango classificada no código 0210.99.00; e c) 02.04 e miudezas comestíveis de ovinos e caprinos classificadas no código 0206.80.00;	02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.2, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.10.1	08/03/2013	
122	Peixes e outros produtos classificados nos seguintes códigos da TIPI:	02.03, 02.04, 0206.30.00, 0206.4, 02.07, 02.09 e 0210.1 03.02 (exceto 0302.90.00), 03.03 e 03.04	08/03/2013	
123	Café classificado nos códigos 09.01 e 2101.1 da TIPI	-	08/03/2013	
124	Açúcar classificado no código 1701.99.00 da TIPI	1701.99.00	08/03/2013	
125	Óleo de soja classificado na posição 15.07 da TIPI e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.14 da TIPI	15.07, 15.08 a 15.14	08/03/2013	
126	Manteiga classificada no código 0405.10.00 da TIPI	0405.10.00	08/03/2013	
127	Margarina classificada no código 1517.10.00	1517.10.00	08/03/2013	
128	Sabões de tocador classificados no código 3401.11.90 Ex 01 da TIPI	-	08/03/2013	
129	Produtos para higiene bucal ou dentária classificados na posição 33.06 da TIPI	33.06	08/03/2013	
130	Papel higiênico classificado no código 4818.10.00 da TIPI	4818.10.00	08/03/2013	
200	INFRAESTRUTURA: AERONAVES, EMBARCAÇÕES, OUTROS VEÍCULOS, COMBUSTÍVES			
201	Aeronaves classificadas na posição 88.02 da TIPI	88.02	01/2011	
202	Partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos das aeronaves referidas no código 201	-	01/2011	
203	Álcool anidro adicionado à gasolina, por distribuidores	-	01/2011	
204	Álcool, inclusive para fins carburantes, em operações realizadas em bolsa de mercadorias e futuros, exceto quando ocorra a liquidação física do contrato	-	01/2011	
205	Carvão mineral destinado à geração de energia elétrica	-	01/2011	
206	Biodiesel fabricado a partir de matérias-primas produzidas nas regiões norte, nordeste e no semi-árido, por agricultor	-	01/2011	

	familiar enquadrado no PRONAF			
207	Valores recebidos pelos concessionários de que trata a Lei nº 6.729/1979, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI, vendidos diretamente ao consumidor final	-	01/2011	
208	Veículos novos montados sobre chassis, com capacidade para vinte e três a quarenta e quatro passageiros, classificados no código 8702.10.00 Ex. 02 e 8702.90.90 Ex 02, da TIPI, destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual, municipal e distrital, quando adquiridos pelos Estados, Municípios e pelo Distrito Federal	-	01/2011	
209	Embarcações novas, com capacidade para vinte a trinta e cinco passageiros, classificadas no código 8901.90.00 da TIPI, destinadas ao transporte escolar para a educação básica na zona rural das redes estadual, municipal e distrital, quando adquiridos pelos Estados, Municípios e pelo Distrito Federal	-	01/2011	
210	Materiais e equipamentos, inclusive partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas ou pré-registradas no Registro Especial Brasileiro	-	01/2011	
211	Veículos e carros blindados de combate, novos, armados ou não, e suas partes, produzidos no Brasil, com peso bruto total até 30 (trinta) toneladas, classificados na posição 8710.00.00 da TIPI, destinados ao uso das Forças Armadas ou órgãos de segurança pública brasileiros, quando adquiridos por órgãos e entidades da administração pública direta	-	01/2011	
212	Gás natural canalizado, destinado à produção de energia elétrica pelas usinas integrantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade, nos termos e condições estabelecidos em ato conjunto dos Ministros de Estado de Minas Energia e da Fazenda	-	01/2011	
213	Serviços de transporte ferroviário em sistema de trens de alta velocidade (TAV), assim entendido como a composição utilizada para efetuar a prestação do serviço público de transporte ferroviário que consiga atingir velocidade igual ou superior a 250 km/h (duzentos e cinquenta quilômetros por hora).	-	01/2011	
214	Receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário e ferroviário de passageiros, inclusive as decorrentes da prestação dos referidos serviços no território de região metropolitana regularmente constituída.	-	31/05/2013	
300	SAÚDE: PRODUTOS QUÍMICOS, APARELHOS ORTOPÉDICOS, PRODUTOS DESTINADOS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, OUTROS			
301	Produtos classificados na posição 87.13 da NCM (cadeiras de rodas e outros veículos)	87.13	01/2011	
302	Artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10 da NCM	90.21.10	01/2011	

303	Artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3 da NCM	90.21.3	01/2011	
304	Almofadas antiescaras classificadas nos Capítulos 39, 40, 63 e 94 da NCM	-	01/2011	
305	Bens relacionados em ato do Poder Executivo para aplicação nas Unidades Modulares de Saúde de que trata o Convênio ICMS nº 114/2009 quando vendidos a órgãos da administração pública direta federal, estadual, distrital e municipal	-	01/2011	
306	Produtos químicos classificados no Capítulo 29 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM	-	01/2011	
307	Produtos químicos intermediários de síntese, classificados no Capítulo 29 da NCM	-	01/2011	
308	Produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo poder público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, da NCM	-	01/2011	
309	Produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, e 9021.40.00, todos da TIPI	8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, e 9021.40.00	18/11/2011	17/05/2012
309	Produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, 9021.40.00, 9021.90.82 e 9021.90.92, todos da Tipi	8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, 9021.40.00, 9021.90.82 e 9021.90.92	18/05/2012	
310	Calculadoras equipadas com sintetizador de voz classificadas no código 8470.10.00 da TIPI	-	18/11/2011	17/05/2012
310	Calculadoras equipadas com sintetizador de voz classificadas no código 8470.10.00 Ex 01 da TIPI	8470.10.00 Ex 01	18/05/2012	
311	<i>Teclados com colmeia classificados no código 8471.60.52 da TIPI</i>	-	18/11/2011	
312	Indicadores ou apontadores - mouses - com entrada para acionador classificados no código 8471.60.53 da TIPI	-	18/11/2011	
313	Linhas braile classificadas no código 8471.60.90 da TIPI	-	18/11/2011	17/05/2012

313	Linhas braile classificadas no código 8471.60.90 Ex 01 da TIPI	8471.60.90 Ex01	18/05/2012	
314	Digitalizadores de imagens - scanners - equipados com sintetizador de voz classificados no código 8471.90.14 da TIPI	-	18/11/2011	17/05/2012
314	Digitalizadores de imagens - scanners - equipados com sintetizador de voz classificados no código 8471.90.14 Ex 01 da TIPI	8471.90.14 Ex.01	18/05/2012	
315	Duplicadores braile classificados no código 8472.10.00 da TIPI	-	18/11/2011	17/05/2012
315	Duplicadores braile classificados no código 8472.10.00 Ex 01 da TIPI	8472.10.00 Ex.01	18/05/2012	
316	Acionadores de pressão classificados no código 8471.60.53 da TIPI	-	18/11/2011	17/05/2012
316	Acionadores de pressão classificados no código 8471.60.53 Ex.02 da TIPI	8471.60.53 Ex.02	18/05/2012	
317	Lupas eletrônicas do tipo utilizado por pessoas com deficiência visual classificadas no código 8525.80.19 da TIPI	-	18/11/2011	17/05/2012
317	Lupas eletrônicas do tipo utilizado por pessoas com deficiência visual classificadas no código 8525.80.19 Ex 01 da TIPI	8525.80.19 Ex01	18/05/2012	
318	Implantes cocleares classificados no código 9021.90.19 da TIPI	-	18/11/2011	17/05/2012
318	Implantes cocleares classificados no código 9021.40.00 da TIPI	-	18/05/2012	

319	Próteses oculares classificadas no código 9021.90.89 da TIPI	-	18/11/2011	17/05/2012
319	Próteses oculares classificadas no código 9021.39.80 da TIPI	-	18/05/2012	
320	Programas - softwares - de leitores de tela que convertem texto em voz sintetizada para auxílio de pessoas com deficiência visual.	-	18/05/2012	
321	Aparelhos contendo programas - softwares - de leitores de tela que convertem texto em caracteres braile, para utilização de surdos-cegos.	-	18/05/2012	
322	Neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson, classificados no código 9021.90.19, e seus acessórios, classificados nos códigos 9018.90.99, 9021.90.91 e 9021.90.99, todos da Tipi.	-	18/05/2012	
400	INFORMÁTICA E REGIMES ESPECIAIS			
401	Venda a varejo de unidades de processamento digital classificadas no código 8471.50.10 da TIPI, desde que o preço de venda de cada unidade não exceda a R\$ 2.000,00	-	01/2011	17/09/2012
401	Venda a varejo de unidades de processamento digital classificadas no código 8471.50.10 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, desde que o preço de venda de cada unidade não exceda a R\$ 2.000,00, produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.		18/09/2012	
402	Venda a varejo de máquinas automáticas para processamento de dados, digitais, portáteis, de peso inferior a 3,5Kg (três quilos e meio), com tela (écran) de área superior a 140cm ² (cento e quarenta centímetros quadrados), classificadas nos códigos 8471.30.12, 8471.30.19 ou 8471.30.90 da TIPI, desde que o preço de venda de cada máquina não exceda a R\$ 4.000,00	-	01/2011	17/09/2012
402	Venda a varejo de máquinas automáticas para processamento de dados, digitais, portáteis, de peso inferior a 3,5Kg (três quilos e meio), com tela (écran) de área superior a 140cm ² (cento e quarenta centímetros quadrados), classificadas nos códigos 8471.30.12, 8471.30.19 ou 8471.30.90 da Tipi, desde que o preço de venda de cada máquina não exceda a R\$ 4.000,00, produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.		18/09/2012	

403	Venda a varejo de máquinas automáticas de processamento de dados, apresentadas sob a forma de sistemas, do código 8471.49 da TIPI, contendo exclusivamente 1 (uma) unidade de processamento digital, 1 (uma) unidade de saída por vídeo (monitor), 1 (um) teclado (unidade de entrada), 1 (um) mouse (unidade de entrada), classificados, respectivamente, nos códigos 8471.50.10, 8471.60.7, 8471.60.52 e 8471.60.53 da TIPI, desde que o preço de venda de cada sistema não exceda a R\$ 4.000,00 (dois mil e quinhentos reais)	-	01/2011	17/09/2012
403	Venda a varejo de máquinas automáticas de processamento de dados, apresentadas sob a forma de sistemas, do código 8471.49 da Tipi, contendo exclusivamente 1 (uma) unidade de processamento digital, 1 (uma) unidade de saída por vídeo (monitor), 1 (um) teclado (unidade de entrada), 1 (um) mouse (unidade de entrada), classificados, respectivamente, nos códigos 8471.50.10, 8471.60.7, 8471.60.52 e 8471.60.53 da Tipi, desde que o preço de venda de cada sistema não exceda a R\$ 4.000,00 (dois mil e quinhentos reais), produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo		18/09/2012	
404	Venda a varejo de teclado (unidade de entrada) e de mouse (unidade de entrada) classificados, respectivamente, nos códigos 8471.60.52 e 8471.60.53 da TIPI, quando acompanharem a unidade de processamento digital classificada no código 8471.50.10 da TIPI, desde que o preço de venda de cada conjunto não exceda a R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).	-	01/2011	
405	PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - Venda, no mercado interno para PJ habilitada no PADIS, de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, para incorporação ao ativo imobilizado da adquirente - Venda, no mercado interno para PJ habilitada no PADIS, de ferramentas computacionais (<i>softwares</i>) - Venda, no mercado interno para PJ habilitada no PADIS, de insumos - Vendas dos dispositivos eletrônicos semicondutores e mostradores de informação (<i>displays</i>) por PJ habilitada no PADIS - Venda de projeto (<i>design</i>), por PJ habilitada no PADIS	-	01/2011	
406	PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - Venda, no mercado interno para PJ habilitada no PATVD, de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, para incorporação ao ativo imobilizado da adquirente - Venda, no mercado interno para PJ habilitada no PATVD, de ferramentas computacionais (<i>softwares</i>) - Venda, no mercado interno para PJ habilitada no PATVD, de insumos - Vendas dos equipamentos transmissores por PJ habilitada no PATVD	-	01/2011	
407	Venda a varejo de máquinas automáticas de processamento de dados, portáteis, sem teclado, que tenham uma unidade central de processamento com entrada e saída de dados por meio de uma tela sensível	-	03/04/2012	

	ao toque de área superior a 140 cm ² e inferior a 600 cm ² , e que não possuam função de comando remoto (Tablet PC), classificadas na subposição 8471.41 da Tipi, produzidas no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo, desde que o preço de venda não exceda R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).			
408	Venda, a varejo de modems, classificados nas posições 8517.62.55, 8517.62.62 ou 8517.62.72 da TIPI, desde que o preço de venda não exceda R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).	-	03/04/2012	08/04/2013
408	Venda, a varejo de modems, classificados nas posições 8517.62.55, 8517.62.62 ou 8517.62.72 da TIPI, desde que o preço de venda não exceda R\$ 200,00 (duzentos reais).	-	09/04/2013	
409	Venda a varejo de telefones portáteis de redes celulares que possibilitem o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone classificados na posição 8517.12.31 da Tipi, produzidos no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.		18/09/2012	08/04/2013
409	Venda a varejo de telefones portáteis de redes celulares que possibilitem o acesso à Internet em alta velocidade do tipo smartphone classificados na posição 8517.12.31 da TIPI, produzidos no País conforme processo produtivo básico, que obedeçam aos requisitos técnicos constantes de ato do Ministro de Estado das Comunicações, cujo valor de venda, a varejo, não exceda a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).	-	09/04/2013	
410	Venda a varejo de equipamentos terminais de clientes (roteadores digitais) classificados nas posições 8517.62.41 e 8517.62.77 da Tipi, desenvolvidos no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.		18/09/2012	08/04/2013
410	Venda a varejo de equipamentos terminais de clientes (roteadores digitais) classificados nas posições 8517.62.41 e 8517.62.77 da TIPI, desenvolvidos e produzidos no País conforme processo produtivo básico cujo valor de venda, a varejo, não exceda a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).	-	09/04/2013	
411	Venda dos produtos relacionados nos códigos 401, 402, 403, 404, 407, 408, 409 e 410 desta tabela, a pessoas jurídicas de direito privado ou por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal e do Distrito Federal, direta ou indireta, às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e às demais organizações sob o controle direto ou indireto da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal.		01/2011	
412	Venda dos produtos relacionados nos códigos 401, 402, 403, 404, 407, 408, 409 e 410 desta tabela, a sociedades de arrendamento mercantil leasing.		01/2011	
413	Receita decorrente da venda de bens de defesa nacional definidos em ato do Poder Executivo efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo		21/09/2012	
414	Receita decorrente da prestação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia por pessoa jurídica beneficiária do RETID à		21/09/2012	

	União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo			
900	DEMAIS PRODUTOS E RECEITAS			
901	Papel destinado à impressão de jornais	-	01/2011	
902	Papéis classificados nos códigos 4801.00.10, 4801.00.90, 4802.61.91, 4802.61.99, 4810.19.89 e 4810.22.90, todos da TIPI, destinados à impressão de periódicos	-	01/2011	
903	Livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753/03	-	01/2011	
904	Preparações compostas não-alcoólicas, classificadas no código 2106.90.10 Ex 01 da TIPI, destinadas à elaboração de bebidas pelas pessoas jurídicas industriais dos produtos referidos no art. 58-A da Lei nº 10.833/2003	-	01/2011	
905	Material de defesa, classificado nas posições 87.10.00.00 e 89.06.10.00 da TIPI, além de partes, peças, componentes, ferramentais, insumos, equipamentos e matérias-primas a serem empregados na sua industrialização, montagem, manutenção, modernização e conversão	-	01/2011	
906	Equipamentos de controle de produção, inclusive medidores de vazão, condutivímetros, aparelhos para controle, registro, gravação e transmissão dos quantitativos medidos, quando adquiridos por pessoas jurídicas legalmente obrigadas à sua utilização	-	01/2011	
907	Valores pagos ou creditados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios relativos ao ICMS e ao ISS, no âmbito de programas de concessão de crédito voltados ao estímulo à solicitação de documento fiscal na aquisição de mercadorias e serviços	-	01/2011	
908	Vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na Zona Franca de Manaus – ZFM	-	01/2011	
909	Vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização nas Áreas de Livre Comércio – ALC, exceto quando tiver como destinatárias pessoas jurídicas atacadistas e varejistas, sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins	-	01/2011	
910	Vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais ali instalados e consoante projetos aprovados pelo SUFRAMA	-	01/2011	
911	Receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não-cumulativa	-	01/2011	
912	Aquisição no mercado interno ou a importação, de forma combinada ou não, de mercadoria equivalente à empregada ou consumida na industrialização de produto exportado (Drawback Reposição de Estoque), inclusive: I – à empregada em reparo, criação, cultivo ou atividade	-	01/2011	

	extrativista de produto já exportado; e II – para industrialização de produto intermediário fornecido diretamente a empresa industrial-exportadora e empregado ou consumido na industrialização de produto final já exportado.			
913	Projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM	-	30/09/2011	
914	Receita decorrente da venda de águas minerais naturais comercializadas em recipientes com capacidade nominal inferior a 10 (dez) litros ou igual ou superior a 10 (dez) litros classificadas no código 2201.10.00 Ex 01 e Ex 02 da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.	2201.10.00 Ex 01 e Ex 02	18/09/2012	
915	Concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica - Valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, conforme art. 8º, § 4º, da Lº 12.783/2013.	-	04/04/2013	
916	Concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica - Valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, conforme art. 15, § 9º, da Lei nº 12.783/2013.	-	04/04/2013	
917	Valores efetivamente recebidos exclusivamente a título da subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar afetados por condições climáticas adversas referentes à safra 2011/2012 na Região Nordeste.	-	10/10/2013	
999	Código genérico – Operações tributáveis a alíquota zero	-	01/2011	

*Anexo 3- Tabela 4.3.13 - Produtos Sujeitos à Aliquota Zero da Contribuição Social (CST 06)
- Atualizada em 05/11/2013*

Anexo 4 - Tabela 4.3.12 – Produtos Sujeitos a Substituição Tributária da Contribuição Social (CST 05) – Atualizada em 17/09/2013

Código	Descrição do Produto	NCM	Alíquotas PIS %	Alíquotas COFINS %	Início de Escrituração Mês/Ano	Término de Escrituração Mês/Ano
100	CIGARROS E CIGARRILHAS					
101	Cigarros, de fumo (tabaco) ou dos seus sucedâneos	24.02	0,65	3,0	01/2011	
102	Cigarrilhas	2402.10.00	0,65	3,0	01/08/2011	
200	MOTOCICLETAS					
201	Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais	87.11	0,65	3,0	01/2011	
300	MAQUINAS AGRICOLAS AUTOPROPULSADAS					
301	Semeadores, plantadores e transplantadores dos códigos 8432.30 da TIPI	-	0,65	3,0	01/2011	
400	VENDAS DE PRODUTOS MONOFÁSICOS À ZFM					
401	Álcool, inclusive para fins carburantes – Vendas por Produtor/Importador	Tabela 4.3.11			01/2011	
402	Álcool, inclusive para fins carburantes – Vendas por Distribuidor	Tabela 4.3.11			01/2011	
403	Gasolinas, Óleo Dienes e GLP	Tabela 4.3.11			01/2011	
404	Veiculos	Tabela 4.3.10			01/2011	
405	Autopeças	Tabela 4.3.10			01/2011	
406	Pneus	Tabela 4.3.10			01/2011	
407	Bebidas Frias	Tabela 4.3.11			01/2011	
408	Embalagens para bebidas Frias	Tabela 4.3.11			01/2011	
409	Artigos de Perfumaria	Tabela 4.3.10			01/2011	
999	Revenda de Produtos sujeitos à Substituição Tributária	-	0,00	0,00	01/2011	31/12/2013

Anexo 4- Tabela 4.3.12 – Produtos Sujeitos a Substituição Tributária da Contribuição Social (CST 05) – Atualizada em 17/09/2013

Anexo 5 - Tabela 4.3.10 – Produtos Sujeitos a Incidência Monofásica da Contribuição Social – Alíquotas Diferenciadas (CST 02 e 04) – Atualizada em 07/06/2013

Código	Descrição do Produto	NCM	Alíquotas PIS %	Alíquotas COFINS %	Início de Escrituração o Mês/Ano	Término de Escrituração o Mês/Ano
000	REVENDA PRODUTO MONOFÁSICO					
001	Revenda de combustíveis – Alíquota zero		0,00	0,00	01/2013	
002	Revenda de fármacos e perfumarias – Alíquota zero		0,00	0,00	01/2013	
003	Revenda de veículos, maquinas e autopeças – Alíquota zero		0,00	0,00	01/2013	
004	Revenda de bebidas frias – Alíquota zero		0,00	0,00	01/2013	
100	COMBUSTÍVEIS					
101	Gasolinas, Exceto Gasolina de Aviação	2710.11.59	5,08	23,44	01/2011	31/12/2011
101	Gasolinas, Exceto Gasolina de Aviação	2710.12.59	5,08	23,44	01/2012	
102	Óleo Diesel	2710.19.21	4,21	19,42	01/2011	
103	Gás Liqüefeito de Petróleo – GLP	2711.19.10	10,20	47,40	01/2011	
104	Querosene de Aviação	2710.19.11	5,00	23,20	01/2011	
105	Correntes Destinadas à Formulação de Gasolinas	-	5,08	23,44	01/2011	
106	Correntes Destinadas à Formulação de Óleo Diesel	-	4,21	19,42	01/2011	
107	Nafta Petroquímica Destinada à Formulação de Gasolina ou de Óleo Diesel	-	5,08	23,44	01/2011	
108	Nafta Petroquímica Destinada à Formulação Exclusivamente de Óleo Diesel	-	4,21	19,42	01/2011	
109	Biodiesel	3824.90.29 3824.90.29 Ex 01	6,15	28,32	01/2011	31/12/2011
109	Biodiesel	3826.00.00 3826.00.00E x 01	6,15	28,32	01/2012	
112	Álcool, Inclusive para Fins Carburantes – Venda por Produtor ou Importador.	2207.10.00 2207.20.10 2208.90.00 Ex 01	1,50	6,90	01/2011	09/2011
112	Álcool, Inclusive para Fins Carburantes – Venda por Produtor ou Importador.	2207.10 2207.20.1 2208.90.00 Ex 01	1,50	6,90	10/2011	
113	Álcool, Inclusive para Fins Carburantes – Venda por	2207.10.00 2207.20.10	3,75	17,25	01/2011	09/2011

	Distribuidor ou Comerciante Não Varejista.	2208.90.00 Ex 01				
113	Álcool, Inclusive para Fins Carburantes – Venda por Distribuidor ou Comerciante Não Varejista.	2207.10 2207.20.1 2208.90.00 Ex 01	3,75	17,25	10/2011	
150	Nafta Petroquímica Destinada às Centrais Petroquímicas	-	1,00	4,60	01/2011	17/09/2012
150	Nafta Petroquímica e Condensado Destinados às Centrais Petroquímicas	-	1,00	4,60	18/09/2012	07/05/2013
150	Nafta Petroquímica e Condensado Destinados às Centrais Petroquímicas	-	0,18	0,82	08/05/2013	31/12/2015
151	Etano, Propano, Butano e Correntes Gasosas de Refinaria - HLR - Hidrocarbonetos Leves de Refino Destinados à Produção de Eteno e Propeno	-	1,00	4,60	01/2011	07/05/2013
151	Etano, Propano, Butano e Correntes Gasosas de Refinaria - HLR - Hidrocarbonetos Leves de Refino Destinados à Produção de Eteno, Propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno	-	0,18	0,82	08/05/2013	31/12/2015
152	Etano, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno para indústrias químicas para serem utilizados como insumo produtivo	-	0,18	0,82	08/05/2013	31/12/2015
199	Revenda de combustíveis – Alíquota zero	-	0,00	0,00	01/2011	31/01/2013
200	FÁRMACOS PERFUMARIAS	E				
201	Produtos Farmacêuticos	1 – Posições: 30.01, 30.03 (exceto no código 3003.90.56), 30.04 (exceto no código 3004.90.46); 2 – Itens: 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3,	2,10	9,90	01/2011	

		3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2; e 3 – Códigos: 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10 e 3006.60.00.				
202	Produtos de Perfumaria, de Toucador ou de Higiene Pessoal.	1 – Posições: 33.03 a 33.07; 2- Códigos: 3401.11.90, 3401.20.10 e 96.03.21.00.	2,20	10,30	01/2011	07/03/2013
202	Produtos de Perfumaria, de Toucador ou de Higiene Pessoal.	1 – Posições: 33.03, 33.04, 33.05 e 33.07; 2- Códigos: 3401.11.90 (exceto 3401.11.90 Ex 01), 3401.20.10 e 96.03.21.00.	2,20	10,30	08/03/2013	
299	Revenda de fármacos e perfumarias – Alíquota zero	-	0,00	0,00	01/2011	31/01/2013
300	VEICULOS, MAQUINAS E AUTOPEÇAS					
301	Veículos Automotores e Máquinas Agrícolas Autopropulsadas	84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06	2,00	9,60	01/2011	
302	Autopeças - Vendas para Atacadistas, Varejistas e Consumidores	Anexos I e II da Lei nº 10.485/02	2,30	10,80	01/2011	
303	Autopeças - Vendas para Fabricantes de Veículos e Máquinas e de Autopeças	Anexos I e II da Lei nº 10.485/02	1,65	7,60	01/2011	
304	Pneumáticos (Pneus Novos e Câmaras-de-Ar)	40.11 e 40.13	2,00	9,50	01/2011	

399	Revenda de veículos, maquinas e autopeças – Alíquota zero	-	0,00	0,00	01/2011	31/01/2013
400	BEBIDAS FRIAS					
401	Águas Minerais Artificiais e Águas Gaseificadas Artificiais	2201.10.00	3,50	16,65	01/2011	
402	Águas Minerais Naturais, Incluídas as Naturalmente Gaseificadas	2201.10.00 Ex01 e Ex02	3,50	16,65	01/2011	17/09/2012
403	Refrigerantes		3,50	16,65	01/2011	
404	Preparações Compostas, não Alcoólicas, para Elaboração de Bebida Refrigerante		3,50	16,65	01/2011	
405	Refrescos, Isotônicos e Energéticos		3,50	16,65	01/2011	
406	Cervejas de Malte e Cervejas Sem Álcool		3,50	16,65	01/2011	
407	Chope e Cervejas de Malte Quando Vendidas a Granel		3,50	16,65	01/2011	
499	Revenda de bebidas frias – Alíquota zero	-	0,00	0,00	01/2011	31/01/2013

Anexo 5- Tabela 4.3.10 – Produtos Sujeitos a Incidência Monofásica da Contribuição Social – Alíquotas Diferenciadas (CST 02 e 04) – Atualizada em 07/06/2013